Hipótese	Fontes	Metodologia	Articulação Teórica	Articulação com o Tema da "Conquista da América"
A rápida e devastadora sujeição de milhões de astecas por apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis explica-se, sobretudo, pela incapacidade dos astecas em assimilarem o "choque cultural" produzido no confronto entre as duas civilizações e pela sua incapacidade em decifrar os códigos dos conquistadores.	• "Os informantes de Sahagún" • Cartas de Fernando Cortês	• Análise semiótica • Abordagem comparativa	Conceitos de • "choque cultural" • "alteridade"	Razões principais para a ocorrência da "conquista" no que se refere à *rapidez* com que aconteceu e à *desproporcionalidade numérica*.

(Quadro representando a *articulação da Hipótese* de Todorov com outras dimensões da pesquisa)

Retomaremos como exemplificação o problema da Conquista da América. O Quadro 8 procura esquematizar o problema proposto – o da sujeição de milhões de nativos mesoamericanos organizados em impérios desenvolvidos como o dos astecas, em tão pouco espaço de tempo e para apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis. Pergunta-se pelo fator ou pela combinação de fatores que teriam favorecido

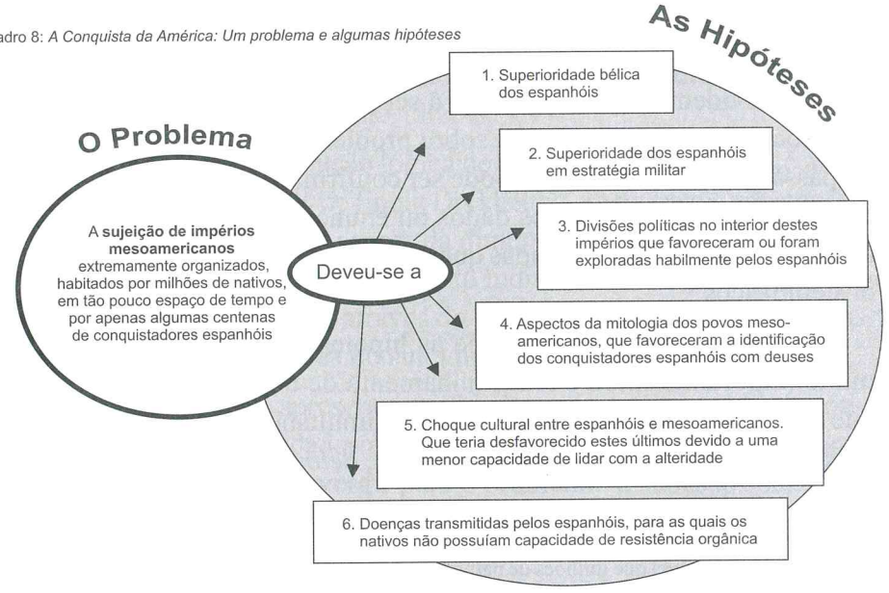
este acontecimento, tão significativo para o destino subsequente do continente americano.

O círculo à esquerda enquadra o problema proposto, que é também a primeira parte de uma hipótese a ser redigida. À direita são apresentadas algumas respostas possíveis para o problema, que constituem a segunda parte da redação proposta para a Hipótese a ser formulada. Assim, uma das várias hipóteses indicadas no esquema (a hipótese de Todorov a que já nos referimos) poderia ser redigida da seguinte forma:

> a sujeição de milhões de nativos mesoamericanos, organizados em impérios centralizados e desenvolvidos como o dos astecas, em curto espaço de tempo e para apenas algumas centenas de soldados espanhóis, ...deveu-se fundamentalmente à dificuldade dos astecas em lidar com a alteridade e com o choque cultural produzido pelo seu contato com os conquistadores.

Basta substituir o segundo termo (depois das reticências...) por qualquer das alternativas propostas, ou por uma combinação de duas ou três das alternativas propostas, e teremos outras possibilidades para o mesmo problema.

Quadro 8: *A Conquista da América: Um problema e algumas hipóteses*



Em diversas ocasiões uma hipótese apresenta este tipo de formato redacional, particularmente as que buscam compreender as relações entre um acontecimento ou fenômeno e os fatores dominantes que o tornaram possível. O próprio problema pode aparecer neste caso como o primeiro termo da hipótese, e a solução provisória ou resposta antecipada pode corresponder ao termo subsequente. Por ora, o aspecto importante a ressaltar – com relação à exemplificação que propomos – é que inúmeros historiadores têm proposto para o problema da Conquista da América diversificadas hipóteses, como estas ou algumas outras, e, ainda mais frequentemente, combinações de hipóteses que buscariam dar uma explicação complexa ou multifatorial para o problema formulado. Para sustentar as hipóteses propostas, estes historiadores têm desenvolvido argumentações diversificadas, apoiando-se em fontes diversas, analisando-as com metodologias variadas e abordando o problema a partir de quadros teóricos específicos.

Possivelmente, nunca se chegará a uma explicação da Conquista da América que seja considerada mais pertinente do que todas as outras. Na verdade, a elaboração do conhecimento histórico consiste precisamente neste permanente reexame do passado com base em determinadas fontes e a partir de determinados pontos de vista. As hipóteses na História ou nas Ciências Sociais dificilmente podem adquirir a aparência de verdades absolutas (se é que existem verdades deste tipo), porque há um espaço muito evidente de interpretação a ser preenchido pelo historiador ou pelo sociólogo na sua reflexão sobre problemas sociais do presente ou do passado. Em tempo: o que pode ser confirmado como afirmações indiscutíveis são determinados dados ou enunciados empíricos, mas não as proposições problematizadas que relacionam ou interpretam estes dados empíricos[82].

Em suma, vimos até aqui que as hipóteses desempenham funções muito importantes para o encaminhamento de uma pesquisa específica que está sendo realizada. Elas cumprem simultaneamente os papéis *norteador* (servindo de guias à investigação), *delimitador* (recortando mais

82. Assim, é indiscutível que milhões de nativos mesoamericanos foram submetidos pelos espanhóis nas primeiras décadas do século XVI. Mas as razões e implicações deste fato serão sempre

o objeto da investigação) e *interpretativo* (propondo soluções provisórias para um problema). Mas, para além disto, as hipóteses ainda desempenham dentro de um trabalho científico específico uma importante função *argumentativa* (4).

Assim, de acordo com o método de raciocínio "hipotético-dedutivo", as hipóteses devem atuar como focos para o desencadeamento de inferências* – no sentido de que das suas consequências vão ser geradas novas proposições, e de que estas mesmas proposições desdobradas da hipótese original também irão produzir novas inferências. Esta formação de uma série articulada de enunciados, onde cada um vai precedendo a outros de maneira lógica e encadeada, consiste no que se denomina "demonstração". É aliás esta "função argumentativa" da Hipótese o que autoriza o seu sentido etimológico de "proposição subjacente" – de proposição que se coloca embaixo de uma outra. Toda hipótese apresenta grosso modo isto que podemos chamar de uma "potência inferencial" (capacidade de dar origem a outras proposições). É desta potência inferencial das hipóteses, em articulação às verificações empíricas, que vive o discurso científico.

A "função argumentativa" da hipótese é desempenhada, por outro lado, não apenas a partir dos desdobramentos de suas consequências, mas também através da articulação destes desdobramentos com outras hipóteses, de modo que duas ou mais hipóteses combinadas também podem produzir novas inferências.

Um exemplo de articulação lógica de enunciados hipotéticos é apresentado na obra *O Suicídio*, de Émile Durkheim[83]. O problema constitui-se em torno de uma indagação acerca da dimensão social do suicídio, examinando-o não apenas como um evento individual, mas como um fenômeno social que se expressa através do indivíduo. Cumpre investigar as motivações e as implicações do suicídio para a experiência humana.

Em primeiro lugar, apresenta-se a hipótese de que o suicídio é motivado por tensões e ansiedades não aliviadas (a). Depois é proposta uma hipótese que logo virá convergir para o problema: a "coesão social" de um grupo proporciona mecanismos para aliviar ou combater as tensões

e ansiedades vivenciadas por alguns indivíduos (b). Em seguida, aventa-se a hipótese de que determinados tipos de grupos sociais possuem maior coesão social do que outros (uma forma de religião em contraste com outra, por exemplo) (c). Logo, será possível prever um índice menor de suicídios naqueles grupos de maior coesão social quando comparados com o de menor coesão (d).

Naturalmente que esta cadeia de inferências a partir de hipóteses convergentes foi sustentada nesta síntese abreviada de maneira exclusivamente argumentativa. Em uma pesquisa, a "demonstração lógica" deve vir imbricada com uma "verificação empírica". Os suportes empíricos devem precisamente sustentar cada uma das afirmações com dados concretos. Pode-se por exemplo propor um método qualquer para a mensuração de aspectos relativos à "coesão social" em um tipo de grupo humano específico (os membros de uma comunidade católica, por exemplo). Depois, quantifica-se os índices de suicídio neste grupo. Procede-se com as duas operações anteriores para um outro tipo de grupo que produza uma comparação pertinente (os membros de uma comunidade protestante, por exemplo). O confronto entre os índices obtidos para cada grupo, tanto os indicativos de "coesão social" como os que se materializam em taxas de suicídios, permitirão confirmar ou refutar a ideia de que as suposições propostas produzem efetivamente uma articulação pertinente (a hipótese articuladora de que a "coesão social" é inversamente proporcional à "quantidade de suicídios").

As três próximas funções a serem comentadas (Quadro 6, parte não sombreada) correspondem ao papel da Hipótese não apenas dentro de uma única pesquisa tomada isoladamente, mas dentro do conjunto maior da ciência. Falaremos por um lado da potencialidade de algumas hipóteses para preencher lacunas do conhecimento, e por outro lado de hipóteses que, por algumas razões, acabam fazendo uma interligação entre várias pesquisas – seja por desdobramento de suas possibilidades em outras pesquisas, seja por sua capacidade de aglutinar séries de dados empíricos produzidos por pesquisas diversas.

Em primeiro lugar consideraremos que hipóteses bem fundamentadas, mesmo que não possam ainda ser plenamente comprovadas ou refutadas, podem apresentar a significativa função de "preencher lacunas do

complementadora (5). Notadamente para períodos mais recuados do passado, quando começam a escassear as fontes e as informações disponíveis, o historiador pode ser conclamado a preencher estes silêncios e vazios de documentação, até que a sua interpretação provisória seja substituída por uma outra que tenha encontrado bases mais seguras de sustentação.

Este papel desempenhado pela hipótese no sentido de preencher espaços vazios do conhecimento não é estranho à Ciência de uma maneira geral. Sabe-se por exemplo da existência dos intrigantes "buracos negros" do espaço cósmico, mas como não existem atualmente maiores possibilidades de compreender de forma fundamentada estes fenômenos astronômicos, ou de produzir experimentos para testar a natureza dos "buracos negros", os cientistas não raro formulam teorias provisórias sobre a questão. Especula-se, também em forma de hipóteses, sobre a "origem do universo" (como na célebre *teoria do Big-Bang*). As próprias lacunas de conhecimento concernentes à "origem do Homem" têm gerado sucessivas hipóteses na Ciência e na Religião: o homem como criação direta de Deus (*Gênesis*), o homem como descendente evolutivo do macaco (Darwin), o homem como descendente de um "elo perdido" que teria dado origem simultaneamente à ramificação humana e à ramificação dos demais primatas (retificações na Teoria da Evolução), o homem como pertencente a uma matriz evolutiva inteiramente independente da do macaco (pesquisas recentes). Em cada um destes casos, uma hipótese preenche um vazio gerado pela inquietação diante das origens humanas.

Outro tipo de hipóteses que transcendem o mero âmbito da pesquisa onde foram geradas refere-se àquelas que, uma vez propostas, revelam um potencial de "aplicabilidade a outras pesquisas". A hipótese vem aqui desempenhar uma *função multiplicadora* (6). Quando se desenvolve para um estudo de caso específico uma argumentação bem fundamentada em torno de certa hipótese, provando-se a sua pertinência, pode ser que esta venha a se mostrar aplicável a outros estudos, beneficiando desta maneira outras pesquisas possíveis e o conhecimento científico de maneira geral.

Assim, ao desenvolver a hipótese da importância predominante do "choque cultural" na sujeição das sociedades astecas, Todorov abriu a

a sujeição da sociedade inca, ou outras situações similares. É claro que, para cada caso, devem ser respeitadas as singularidades, o que deve ficar como um lembrete importante relativo às possibilidades de se importar uma hipótese de um para outro campo de pesquisa.

Por fim, uma última função das hipóteses é que, em nível mais amplo, elas podem se prestar à organização ou unificação de conhecimentos já adquiridos, inclusive através de generalizações destinadas a explicar certas "uniformidades empíricas" que tenham sido eventualmente constatadas em pesquisas diversas. Falaremos aqui de uma *função unificadora* (7). Pode se dar o caso em que uma hipótese explicativa contribua para dar sentido seja a um certo conjunto de dados, seja a um conjunto de outras hipóteses. Um exemplo poderá esclarecer este uso das hipóteses explicativas.

Várias pesquisas sobre crescimento urbano, tomando como campo de estudos as cidades americanas, levaram alguns estudiosos da chamada *Escola de Chicago** e outros sociólogos à percepção de um certo padrão de crescimento das cidades, particularmente no que concerne à distribuição da população[84]. Diante das uniformidades empíricas percebidas, alguns autores procuraram formular hipóteses que correlacionassem estes fenômenos – entre eles Ernest Burgess, que elaborou a sua célebre hipótese dos "círculos concêntricos".

Para sustentar sua hipótese original, Burgess idealizou seu famoso "ideograma de desenvolvimento urbano", onde o crescimento se verifica em torno de um núcleo de pontos focais que se constitui predominantemente pelas atividades comerciais e industriais. O esquema é naturalmente válido no âmbito das cidades tipicamente americanas da modernidade (mas não no âmbito das cidades europeias, por exemplo), e baseia-se nos processos de "etnic sucession" e da "residential invasion". A ideia básica é a de que a cidade organiza a população a partir de zonas concêntricas, residindo a alta burguesia nos subúrbios periféricos, e neste caso a progressão social evoluiria do centro para a periferia, de maneira que cada grupo social vai abandonando espaços mais próximos do centro e conquistando os arredores mais valorizados socialmente.

---

84. E.W. BURGESS; E. PARK; R.D. McKENZIE. *The City*. Chicago: University of Chicago

O que Burgess fez, neste caso, foi construir – através da mediação de uma hipótese adequada – uma generalização que enquadraria as várias "uniformidades empíricas" percebidas. Dito de outra forma, o sociólogo da *Escola de Chicago* tratou de organizar a realidade sob a forma do que pode ser chamado de um "tipo ideal complexo".

Goode e Hatt alertam para o fato de que este tipo de hipótese não deve vir acompanhado da pretensão de generalizações absolutas, devendo-se deixar claro desde o início que o padrão percebido a partir de uma dada recorrência de casos verifica-se em determinadas condições (e não em outras)[85]. Por outro lado, Lakatos e Marconi[86] assinalam de maneira bastante pertinente que o principal papel das hipóteses deste tipo é o de "criar instrumentos e problemas para novas pesquisas". Assim, a hipótese dos "círculos concêntricos" proposta por Burgess teria dado origem a outras, como a dos "círculos múltiplos" proposta por Harris e Ullman e a do "crescimento axial" proposta por Hoyt.

Foi a partir de transformações e retificações no modelo primordial proposto por Burgess que os chamados "ecologistas socioculturais" como Hoyt propuseram a imagem de uma cidade dividida em setores triangulares – como as fatias de um bolo –, observando que em diversos casos setores triangulares inteiros perdem prestígio social à medida que se aproximam da periferia[87].

Já a Hipótese dos "núcleos múltiplos", por outro lado, questiona a própria ideia de um "centro único", o que corresponderia na verdade a um modelo de visualização que nem sempre condiz com a vida urbana. Assim, Harris e Ullman procuraram assinalar a natureza compósita da cidade, que estaria fundada sobre núcleos diferenciados. Buscavam conciliar desta forma, contestando-as no essencial, a ideia original de Burgess

---

85. William GOODE e Paul K. HATT. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. p.77-83).

86. Conforme Eva Maria LAKATOS e Marina de Andrade MARCONI. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2000. p.149.

87. H.Y. HOYT. *The Structure and Growth of Residencial Neighbourhoods in American Cities*.

acerca de uma evolução concêntrica e a proposta de crescimento por fatias triangulares aventada por Hoyt[88].

Este exemplo pode nos ajudar a perceber que as hipóteses também têm uma função significativa como organizadoras, mesmo que provisórias, dos próprios dados empíricos produzidos através do conhecimento científico. Funcionam, neste caso, como compartimentos que retêm de maneira organizada e coerente estes dados, ou como "criadoras de sentido" que imprimem novos significados a conhecimentos construídos a partir de pesquisas diversas. Neste sentido, algumas hipóteses transcendem largamente o âmbito mais restrito de sua pesquisa singular, e criam unidades maiores entre várias pesquisas produzidas. Não importa que em um segundo momento estas hipóteses sejam substituídas por novas hipóteses. O importante é que através delas o conhecimento científico pode transitar livremente, sendo reelaborado de maneira permanente.

É precisamente quando determinadas hipóteses conseguem reunir em conjuntos maiores e coerentes uma diversidade de fatos, uniformidades empíricas e resultados obtidos em pesquisa – e particularmente quando se mostrarem sustentáveis ou válidas as relações propostas para estes fatos – que ocorre a formação de uma teoria[89]. Partindo destas relações propostas e das hipóteses primordiais, são deduzidas novas hipóteses, de modo que vai sendo consolidada uma nova teoria (inclusive com a elaboração de novos conceitos*, sempre que necessário).

Mais uma vez podemos citar o exemplo da "Teoria sobre a Origem das Espécies", de Charles Darwin. O que o naturalista inglês fez foi precisamente reunir uma série de fatos e dados construídos a partir da observação da natureza sob a orientação de algumas novas hipóteses, como a da "luta das espécies" e a da "seleção natural". Em seguida, sendo validadas por um determinado setor de cientistas as suas observações sistematizadas (não sem enfrentar resistências), o conjunto de hipóteses proposto saltou para o *status* de "teoria"* – considerada aqui como um

88. Ch. HARRIS e E.L. ULLMAN. "The Nature of Cities". In *Annales of American Academy of Political and Social Science*, CCLII. New York: 1945.

89. É neste sentido que Goode e Haatt afirmam que as hipóteses podem formar um elo entre

corpo coerente de hipóteses e conceitos que passam a constituir uma determinada visão científica do mundo.

Foi também o que fizeram os sociólogos da *Escola de Chicago** ao reunirem suas hipóteses, deduções e explicações para certas uniformidades empíricas em uma teoria da "Ecologia Urbana" – que por sinal tem elementos de transposição para o campo social de alguns aspectos da "Teoria da Origem das Espécies", proposta por Darwin. Aqui se percebe que uma teoria pode dar origem a outras, através da incorporação de novas hipóteses ou de novos desdobramentos de hipóteses, ou através da transferência de certos sistemas hipotéticos e conceituais para outros campos de aplicação (do campo natural para o social, por exemplo).

De resto, deve ser lembrado que um enunciado teórico deve ser considerado sempre em relação à teoria à qual ele se articula. Um enunciado que em um momento, ou dentro de um determinado referencial teórico, pode ser considerado uma hipótese, em outro momento pode ser considerado uma lei, e em um terceiro momento ser encarado como uma conjectura. Assim, a hipótese da "seleção natural", por exemplo, é considerada *lei* dentro da "Teoria da Origem das Espécies" de Darwin, é considerada um *princípio* que deve ser combinado a outros fatores na "Teoria Sintética ou Moderna da Evolução", e é considerada uma conjectura ou hipótese refutada na "Teoria do Planejamento Biomolecular Inteligente", de Michael Behe.

Para finalizar, seria bom lembrar ainda um tipo muito especial de hipóteses, que desempenha uma função bastante específica na ciência: as chamadas hipóteses *ad hoc**. Como constituem um tipo especial de hipóteses, menos frequente que as hipóteses comuns, não registramos sua função no Quadro 8 – que poderia ser definida como a de "proteger outras hipóteses" (*função protetora*).

Mais rigorosamente, a hipótese *ad hoc* seria uma espécie de conjectura que tem por finalidade proteger de contradições uma outra hipótese, quando esta se vê confrontada com teorias já aceitas, ou até mesmo com os dados já disponíveis que não a confirmam. Lakatos e Marconi citam um exemplo bastante interessante de hipótese *ad hoc* bem-sucedida:

> W. Harvey, em 1628, enunciou a hipótese da circulação do sangue (que não é um fenômeno observável) sem levar em conta a diferença entre o sangue arterial e o sangue venoso; para "salvar" sua hipótese, diante da diferença existente, introduziu uma outra *ad hoc*, a saber, "que o circuito artéria-veia permanece cerrado por vasos capilares invisíveis". Pesquisas ulteriores descobriram a existência destes vasos[90].

Ou, mesmo que pesquisas ulteriores não tivessem confirmado a existência dos vasos capilares, e descobrissem uma outra explicação qualquer que conciliasse a hipótese da "circulação sanguínea" com a da existência de dois tipos de sangue (venoso e arterial), a hipótese *ad hoc* proposta por Harvey teria cumprido a sua missão: teria "salvado" provisoriamente uma hipótese importante, até que surgissem outros elementos que a complementassem e a validassem. Assim, as hipóteses *ad hoc*, embora em alguns casos produzam formulações absurdas – uma vez que elas se valem de uma espécie de "salvo-conduto" que não exige que estejam ancoradas em dados verificáveis – têm a sua serventia para a produção do conhecimento científico.

Algumas razões, entretanto, fazem com que sejam pouco utilizadas as *hipóteses ad hoc* em uma ciência como a História. Normalmente, as *ad hoc* são hipóteses do tipo *ante-factum*, isto é, hipóteses que são formuladas precedendo os fatos que poderão confirmá-las ou refutá-las. As ciências naturais trabalham bastante com as hipóteses chamadas "preditivas" (*ante-factum*), que não são obviamente apenas as hipóteses *ad hoc*. Assim, ao longo da história de uma ciência como a Física, foram elaboradas por dedução ou até por intuição diversas hipóteses que ficaram à espera de uma confirmação empírica que só poderia surgir muito depois (as hipóteses propostas por Einstein com a "Teoria da Relatividade" são um exemplo). Hipóteses como a da "circulação sanguínea", proposta por Harvey, ou mesmo a sua hipótese *ad hoc* da existência de vasos capilares, só necessitariam de tempo para que surgissem os instrumentos e técnicas que um dia as verificassem.

Outras hipóteses do tipo *ante-factum* são aquelas que estão associadas à experimentação. Uma hipótese qualquer no campo da Engenharia Genética pode se propor a especular sobre a manipulação de certos genes com vistas a esta ou aquela finalidade, e a confirmação de seus resultados só dependerá da existência de recursos e possibilidades de encaminhar um experimento adequado.

Ocorre que também existem as hipóteses *post-factum*. Estas não são do tipo preditivo; ao contrário, seu objetivo é buscar explicações para fatos que já ocorreram, criar relações entre dados que já estão confirmados, compreender fenômenos que já foram observados. A História, obviamente, trabalha com este tipo de hipóteses. Seus materiais são as fontes que nos chegam das sociedades do passado através da documentação examinada pelo historiador.

Pede-se na historiografia ocidental que qualquer afirmação feita por um historiador encontre suporte em documentos históricos – que são os vários registros e resíduos da atividade humana e que abrangem desde textos de vários tipos até fontes iconográficas, objetos da cultura material, registros de história oral, ou o que quer que permita um acesso a sociedades menos ou mais remotas. A partir destas fontes de diversas naturezas e de um conjunto de dados que delas apreende, o historiador é conclamado a produzir explicações congruentes com os elementos por eles selecionados.

Rigorosamente, existe sempre um elemento interpretativo e subjetivo nas explicações que um historiador pode formular, não existindo a possibilidade de se testar a explicação elaborada através de experimentos. A História, evidentemente, é uma ciência observacional, e não experimental. Se, na Química, posso reproduzir em laboratório as mesmas condições e procedimentos com os quais trabalhou um cientista que propôs esta ou aquela hipótese, na História o mesmo não pode acontecer.

Não é possível verificar se uma determinada interpretação da Revolução Francesa é mais adequada do que outra produzindo uma nova Revolução Francesa, já que esta é um evento único e irrepetível. O que se pode é produzir leituras congruentes da Revolução Francesa a partir de

perspectivas diversificadas e de uma determinada seleção de fontes e dados que foram escolhidos para material histórico[91].

As hipóteses propostas pela História não levam a "uma evidência que se impõe"[92] como nas ciências experimentais. Elas permanecem ao nível da congruência em relação aos dados e à própria análise elaborada, mas não chegam ao nível de alto grau de comprovação que se torna possível em algumas das ciências naturais e exatas. Em tempo: pode-se comprovar a ocorrência de determinado evento, à maneira de uma perícia que recupera os dados objetivos de um determinado acontecimento. Mas não há, por exemplo, como julgar melhor uma entre duas interpretações históricas distintas sobre o mesmo conjunto de dados, a considerar que as duas sejam interpretações igualmente congruentes.

A historiografia de determinado tema ou objeto sempre oferecerá aos seus leitores uma rede diversificada de interpretações plausíveis e congruentes (descontando as absurdas), e a única exigência que poderá ser feita ao historiador é que ele baseie as suas interpretações em materiais legítimos, que são as próprias fontes históricas analisadas com os métodos adequados.

Vejamos então as implicações desta natureza da pesquisa historiográfica com relação à possibilidade de utilização de hipóteses *ad hoc*, já tendo sido compreendido que a História não trabalha com "hipóteses preditivas", e sim com hipóteses *post-factum*. Utilizar uma hipótese *ad hoc* na História com o objetivo de "proteger" uma outra, a partir da qual se pretende desenvolver uma argumentação dedutiva, seria utilizar uma hipótese que não pôde buscar apoio em documentação existente. Seria propor uma hipótese ainda no nível conjectural, sem qualquer embasamento empírico obtido a partir de análise de fontes históricas, talvez na esperança de que um dia fossem encontradas as fontes que permitiriam sustentar a hipótese *ad hoc* proposta.

91. Pode ser que o uso do computador permita aos historiadores do futuro lidarem com realidades virtuais, experimentando sucessivas vezes uma mesma situação histórica e testando a inclusão ou exclusão de determinados fatores para verificar o que teria acontecido. Estes recursos, e outros que poderiam ser imaginados pela ficção científica como "visores do tempo" ou "máquinas do tempo", poderiam reformular totalmente a natureza do trabalho historiográfico, introduzindo junto à sua prática observacional-interpretativa uma prática experimental. Mas isto, por ora, permanece objeto da ficção. De qualquer maneira, sempre restará uma parcela muito significativa de subjetividade no fazer historiográfico, uma vez que as situações humanas obtidas experimentalmente sempre deverão ser interpretadas.

92. Expressão utilizada por Robert K. MERTON (*Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo:

Já dissemos que é questão controversa a utilização de conjecturas no trabalho historiográfico. A maioria dos historiadores rejeita esta possibilidade, e alguns a aceitam apenas como preenchimento provisório de lacunas – geralmente em explicações paralelas com relação a determinado aspecto da sociedade ou a determinado conjunto de fatos obscuros. Mas dificilmente um historiador, mesmo os do grupo que aceita conjeturar em determinadas ocasiões, empreenderia um trabalho historiográfico que tivesse por Hipótese Central uma suposição não fundamentada em fontes. A não ser, é claro, que este historiador aceitasse deslizar do gênero historiográfico propriamente dito para o gênero da ficção histórica.

O uso de hipóteses *ad hoc* na História só poderia desempenhar um papel extremamente periférico, pelo menos de acordo com os parâmetros atualmente vigentes na historiografia ocidental. As hipóteses, em História, só podem ser "salvas" a partir da comprovação dos seus elementos empíricos mais diretos e da verificação empírica de seus desdobramentos, ou então a partir de deduções de hipóteses precedentes que, pelo menos elas, estejam ancoradas em bases documentais – ou, mais propriamente, que estejam ancoradas em análises congruentes estabelecidas sobre bases documentais. O uso sistemático da fonte histórica é ainda o que garante ao historiador o direito de reivindicar para a sua prática o *status* de "ciência".

Mas, enfim, mais do que qualquer outra ciência ou prática crítico-reflexiva, a História vive da formulação e reformulação de hipóteses. O historiador marca uma distância prudente das conjecturas e outra da pretensão de descobrir verdades absolutas. Neste caminho do meio a História pode ser definida como a ciência de formular hipóteses sobre o passado, e como a arte de sustentar estas hipóteses de maneira criativa e congruente a partir das fontes utilizadas pelo historiador. Na oficina da História, as hipóteses são sempre instrumentos importantes – multifuncionais na sua capacidade de *nortear*, *delimitar*, *interpretar*, *argumentar*, *complementar*, *multiplicar* e *unificar* os materiais e a pesquisa histórica.

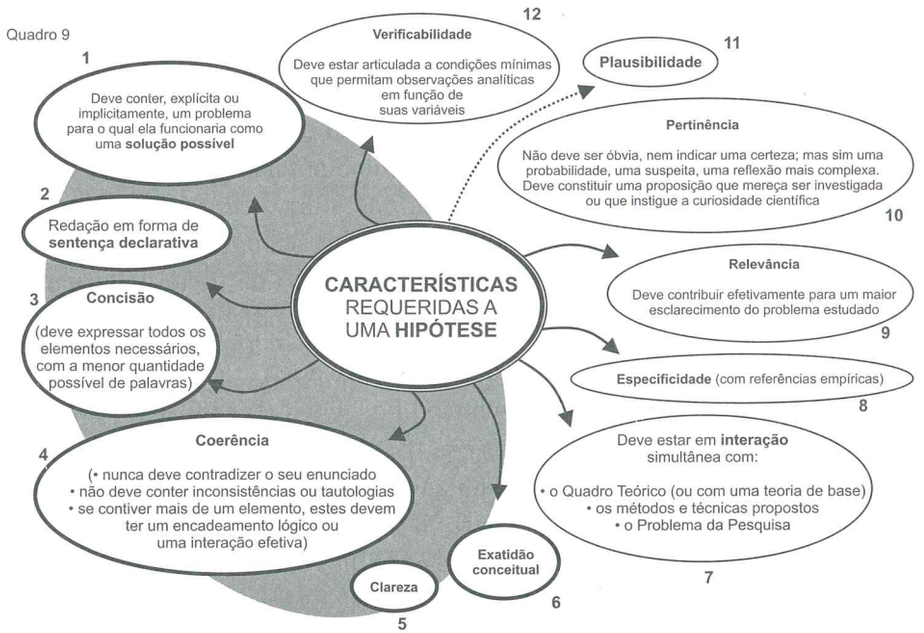
Para além destes usos das hipóteses de pesquisa, que na prática his-

neste item procurou destacar o papel decisivo das hipóteses na Pesquisa Científica de uma maneira geral – tanto no que se refere a um trabalho específico que se realiza (Projeto ou Tese), como no que se refere a aspectos mais amplos do conhecimento.

6.3. A elaboração da Hipótese

Uma hipótese bem formulada deve atender a determinadas características que serão discutidas a seguir (Quadro 9). Provisória, declarativa, concisa, logicamente coerente, clara, conceitualmente exata, relevante, teoricamente articulada, pertinente, plausível, verificável – não são poucas as qualidades exigidas a uma hipótese que se quer bem redigida. Em primeiro lugar, consideraremos a necessidade de que a Hipótese esteja diretamente articulada ao Problema ou à problematização da pesquisa.

Quadro 9



• *A Hipótese deve estar articulada ao Problema*

Pede-se antes de mais nada que uma hipótese contenha, explícita ou

possível (1). De fato, vimos até aqui que o raciocínio hipotético corresponde a uma espécie de antecipação empreendida pela imaginação científica, que se estabelece em torno da formulação de uma afirmação provisória a ser posteriormente comprovada ou refutada. Esta antecipação relaciona-se, naturalmente, a um problema que está na base da formulação hipotética.

Contudo, deve-se ressaltar que, embora a hipótese *inclua* o problema em uma de suas dimensões, ela não deve simplesmente repeti-lo (dizer que a hipótese deve conter o problema não significa dizer que a hipótese deve coincidir com o problema). Retomemos por exemplo o problema sobre a Conquista da América, que assim poderia ser enunciado: "uma das questões mais intrigantes da História da América foi a derrota de milhões de nativos mesoamericanos, organizados em impérios bem estabelecidos, para apenas algumas centenas de conquistadores espanhóis em um período de apenas algumas décadas no início do século XVI". O Problema indaga pelas razões que teriam favorecido este fato – ele chama atenção para a estranheza desta ocorrência histórica, e portanto clama por uma explicação que a torne compreensível. Formular o problema tal como foi proposto acima, em um Projeto de Pesquisa, estaria correto. Apesar da sua redação aparentemente afirmativa, o problema proposto tem uma natureza interrogativa ou indagadora, como se espera de qualquer problema (e não de uma hipótese, como logo veremos).

Por outro lado, o problema atrás formulado também apresenta dados empíricos. Ele nos diz que milhões de nativos mexicanos foram derrotados por algumas centenas de espanhóis, em algumas décadas do século XVI. Estas são evidências já registradas pela História, ninguém irá discuti-las. O que se coloca como problema é que estes acontecimentos tenham se dado assim, e que devem ter existido fatores bastante significativos para que tudo não tenha ocorrido de outro modo[93]. Assim, os dados empíricos, registrados nas fontes e já evidentes para a historiografia, não constituem o "problema". O que constitui o "problema" é a indagação que sobre estes fatos se estabelece (por que ocorreram?).

---

93. Se é possível dizer que a sujeição das civilizações pré-colombianas pelas sociedades europeias seria inevitável em longo prazo, em virtude da superioridade bélica, o que causa estranhe-

Ora, a Hipótese não pode nem coincidir com o Problema (embora possa ou deva incluí-lo na sua essência) e nem coincidir com a mera enunciação dos seus dados empíricos. Não seria uma hipótese afirmar que "milhões de nativos americanos foram derrotados em algumas décadas por algumas centenas de conquistadores espanhóis". Isto não é hipótese, mas meramente uma evidência empírica (que aliás nem precisa ser investigada, já que é um dado óbvio da História da América)[94]. Uma hipótese, para ser *pertinente*, não deve ser óbvia, nem indicar uma certeza; mas sim uma probabilidade, uma suspeita, uma reflexão mais complexa (ver aspecto 10). Deve constituir, acima de tudo, uma proposição que mereça ser investigada ou que instigue a curiosidade científica.

Como existiram vários fatores em jogo na sujeição dos nativos mesoamericanos pelos espanhóis, estará sempre em discussão atribuir um maior peso a este ou àquele fator ou combinação de fatores. Uma Hipótese que proponha uma certa explicação para a Conquista da América, nas condições em que ocorreu, será sempre uma instigação à curiosidade científica. Também deverá sempre ser formulada como uma probabilidade, como uma suspeita, e caberá ao historiador sustentá-la com informações extraídas das fontes, com análises estabelecidas a partir destas informações e com argumentações desenvolvidas pelo próprio historiador.

Assim seria possível agregar algo à afirmação empírica atrás formulada para transformá-la efetivamente em uma hipótese. Seria possível dizer que "milhões de nativos mesoamericanos foram derrotados em algumas décadas por algumas centenas de conquistadores espanhóis... devido as divisões políticas que existiam nos seus impérios e que os conquistadores souberam manipular". A Hipótese, assim formulada, reúne, problematizando-os, dois blocos de enunciados empíricos ("a derrota dos nativos mesoamericanos..." e "as suas divisões políticas internas". A essência da

94. Da mesma forma, para além de enunciados empíricos já confirmados, não constituem hipóteses os pressupostos já aceitos sem discussão no âmbito teórico-metodológico adotado. Tal como faz notar A.J. SEVERINO, "hipótese é o que se pretende demonstrar e não o que já se tem demonstrado evidente desde o ponto de partida. Muitas vezes ocorre esta confusão ao se tomar como hipóteses proposições já evidentes no âmbito do referencial teórico ou da metodologia adotados. E, nestes casos, não há mais nada a demonstrar, não se chegará a nenhuma conquista e o conhecimento não avança" (*Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortês, 2000.

hipótese vive não propriamente de cada um dos seus blocos de enunciados empíricos, mas sim da relação que entre eles se estabelece.

É muito comum, nas Ciências Sociais, a utilização deste tipo de hipótese (a chamada "hipótese analítica"). Ao invés de uma suposição linear, ou de uma mera "hipótese descritiva" que se enuncia com uma única sequência, as hipóteses historiográficas e sociológicas são frequentemente construções mais complexas que envolvem dois ou mais fatores, pelo menos hoje em dia. É a *relação*, e não propriamente a *enunciação* dos dois fatores, o que constitui a substância principal da hipótese.

Por outro lado, também marcam presença constante na Historiografia as "hipóteses casuísticas", que estabelecem uma afirmação mais ou menos linear como "o padre Manuel da Nóbrega, e não o padre José de Anchieta, é que fundou a cidade de São Paulo"[95]). Mas é preciso ter em mente que, a partir da historiografia "problematizada" do século XX, as hipóteses casuísticas, bem como aquelas de natureza meramente descritiva, aparecem muito mais como materiais de passagem do que como "hipóteses centrais" de uma obra historiográfica. Já na historiografia positivista do século XIX, este tipo de hipótese narrativa ou descritiva – que procurava informar simplesmente "algo que aconteceu" – poderia ocupar o primeiro plano.

Por exemplo, consideremos a hipótese formulada por Sigmund Freud em seu livro *Moisés e a Religião Monoteísta*, segundo a qual "Moisés não era judeu, mas egípcio". Comprovar que "Moisés era egípcio" poderia ser bastante instigante para um historiador factual do século XIX, podendo esta vir a se constituir na hipótese central de uma de suas obras. Mas dificilmente um historiador do século XX – contemporâneo da História-Problema dos *Annales* e dos modernos desenvolvimentos marxistas – poderia se contentar em meramente girar em torno desta hipótese linear-descritiva, aqui formulada com um único predicado, e que se mostra como uma simples captadora de fatos.

O historiador moderno certamente iria querer saber não apenas que "Moisés era egípcio", mas também *por que* a literatura hebraica posterior

95. Hipótese mencionada por Antônio Carlos GIL em *Como elaborar projetos de pesquisa*. São

à sua época teria falsificado ou reconstruído esta informação. Assim, para um historiador problematizador dos nossos dias, esta hipótese teria de ser refinada para algo como: "Embora Moisés fosse na verdade egípcio, foi reconstruída e consolidada mais tarde uma imagem de que ele era judeu, em virtude de tais e tais interesses sociais (etc.)". Aliás, é preciso destacar que Freud tratou a hipótese da nacionalidade egípcia de Moisés neste sentido relacional mais amplo, não visando apenas descrever esta situação hipotética, mas sim refletir sobre suas implicações[96].

Na historiografia de hoje em dia, as "hipóteses casuísticas"* tendem a ser englobadas por hipóteses mais amplas, do tipo "analítico"*, que indagam prioritariamente pela relação entre vários fatores e que procuram compreender *por que motivo* os fatos ocorreram de determinada maneira e não de outra. Assim, não é que hipóteses casuísticas ou meramente descritivas estejam ausentes do discurso historiográfico (na verdade, estão sempre presentes ao longo da argumentação) – trata-se somente de perceber que este tipo de hipótese nem sempre funciona adequadamente como uma "Hipótese Central" (aqui entendida como aquela ou aquelas que orientam globalmente a Pesquisa ou um sistema dedutivo, e que constituem a dimensão norteadora da argumentação).

Para discutir estes aspectos em outros termos, seria dizer que a historiografia do século XIX foi construída predominantemente em torno de "hipóteses fenomenológicas", e a historiografia do século XX praticamente exige as hipóteses "representacionais". Bem entendido, as "hipóteses fenomenológicas"* são aquelas que permanecem na superfície dos fenômenos, limitando-se a descrevê-los. Seu objetivo é fundamentalmente o de esclarecer o funcionamento externo de um sistema ou as características de um determinado fenômeno.

---

96. O objetivo de Freud nestes dois textos é demonstrar que Moisés teria se tornado uma figura emblemática não por ser divinizado, mas precisamente por ter se mostrado uma figura extremamente humana. Além disto, em associação às ideias que já haviam sido desenvolvidas em *Totem e Tabu*, a argumentação desenvolvida pelo fundador da Psicanálise conduz à proposição de que a religião é uma tentativa de resgatar o assassinato primitivo do pai da horda (ou da religião) adorando-o. A hipótese casuística sobre a nacionalidade de Moisés, neste sentido, é mero ponto de partida para hipóteses relacionais mais amplas. Sigmund FREUD, *Moisés e a Religião Mono-*

Traduzindo para o âmbito historiográfico, as "hipóteses fenomenológicas" (que vêm juntar ao interesse pelo "eventual" das hipóteses casuísticas o interesse "descritivo") estão apenas preocupadas em motivar ou organizar a narração de uma sucessão de eventos ou de um processo, ou em pontuar a descrição de uma determinada sociedade histórica na sua riqueza de aspectos.

Já as "hipóteses representacionais"*, que tendem a coincidir com aquelas que têm um aspecto analítico, estão preocupadas não apenas com a descrição das sociedades e dos processos históricos, ou em expor um fato curioso ainda que simbolicamente importante; elas preocupam-se sobretudo em perscrutar as condições que estão na base da produção destes processos e situações histórico-sociais, ou em descobrir o *iceberg* por debaixo desta ponta de gelo que é o evento. Assim, para tomar emprestada uma metáfora das ciências exatas que é bastante utilizada nas ciências sociais, essas hipóteses preocupam-se em compreender os "mecanismos" que regem as sociedades, os sistemas sociais, os processos históricos.

Enfim, a historiografia do século XX – mais ancorada em hipóteses representacionais do que fenomenológicas – dá menos importância ao que Braudel chamou de "as espumas dos acontecimentos", e privilegia as "correntes profundas que as produzem". Assim, em relação à historiografia de superfície do século XIX, a historiografia do século XX apresenta uma profundidade maior, e trabalha com hipóteses mais complexas, mais relacionais, mais analíticas... mais representacionais (uma das exceções do século XIX foi, sem dúvida, a Filosofia da História de Marx e Engels, que já buscava na profundidade social as suas dimensões econômicas).

Por outro lado, é preciso acrescentar que as últimas décadas do século XX promoveram um maior equilíbrio entre descrição e explicação, evitando o repúdio extremo ao evento que marcou a "era Braudel", e permitindo-se a uma alternância mais salutar entre as descrições de superfície e as explicações de profundidade.

Em todo o caso, voltando ao aspecto da interação entre uma Hipótese e o seu Problema, é preciso dizer que mesmo a hipótese casuística e fenomenológica, se a quisermos bem formulada, deve esconder dentro de si o problema, interagindo com ele. Propor a hipótese de que "Moisés

era egípcio" é tentar responder a um problema como "Qual a verdadeira nacionalidade (ou etnia) de Moisés?" E esta pergunta levará inevitavelmente a outras (ou deveria levar) no decorrer da argumentação. O Problema, enfim, é sempre a sombra que acompanha uma Hipótese.

• *A hipótese deve ter a forma de uma sentença declarativa*

Retomando os aspectos redacionais, deve-se ter em mente que a Hipótese deve vir necessariamente na forma de uma *sentença declarativa* (2). O Problema, conforme já vimos, pode até ser formulado sob a forma de uma indagação ("quais os fatores que favoreceram a rápida sujeição dos astecas pelos espanhóis comandados por Fernando Cortês?"). Mas a hipótese é sempre uma afirmação ("a rápida sujeição do Império Asteca pelos espanhóis comandados por Fernando Cortês deveu-se fundamentalmente à superioridade bélica destes últimos"). Uma afirmação, naturalmente, que tem uma natureza provisória, destinada à posterior verificação. Mas sempre uma afirmação.

• *A hipótese deve ser concisa*

Outra característica que se exige de uma boa hipótese é a *concisão* (3). A hipótese deve expressar todos os elementos necessários, com a menor quantidade possível de palavras. Nem devem faltar informações necessárias à especificidade da hipótese e à sua compreensão, nem devem abundar informações inúteis que, mesmo que estando corretas, estariam tornando o enunciado da hipótese desnecessariamente prolixo. Consideremos, ainda aproveitando o exemplo da Conquista da América, uma hipótese que fosse assim formulada:

> a rápida sujeição do Império Asteca, que naquele momento era governado por Atahualpa, pelos espanhóis comandados pelo nobre Fernando Cortês – autorizado pela realeza espanhola para encaminhar expedições de conquista no território mexicano e motivado pelas riquezas e honrarias que o sucesso do empreendimento poderia lhe oferecer – deveu-se fundamentalmente à superioridade bélica dos espanhóis, conhecedores que eram da pólvora e equipados com armaduras e espadas metálicas, para além dos cavalos de guerra, que para os nativos mexicanos pareceram monstros terríveis.

Existem informações na formulação acima proposta que, neste momento, são francamente desnecessárias. Não é preciso alertar ao leitor, neste momento em que se deve primar pela concisão, para o fato de que os astecas eram governados por Montezuma, de que Fernando Cortês era um nobre que aceitara o comando da expedição de conquista em busca de riquezas e de honrarias, nem mesmo especificar a superioridade bélica dos espanhóis com as informações de que estes conheciam a pólvora, o armamento de metal e o uso de cavalos de guerra (estas informações poderão até ser mencionadas depois, mas não no momento sintetizador da formulação da hipótese). Muito menos é preciso mencionar aqui que os cavalos pareceram aos mexicanos "monstros amedrontadores". Estas informações são excessivas e desnecessárias.

Por outro lado, existem informações que poderiam ser acrescentadas, como o fato de que tudo isto se deu em alguns poucos anos (ao invés da informação mais vaga de que se tratou de uma "rápida sujeição"). Existem, portanto, algumas informações de menos, e muitas informações demais. A hipótese apresentar-se-ia mais concisa se assim fosse formulada:

> a sujeição do Império Asteca pelos espanhóis comandados por Fernando Cortês, entre 1519 e 1524, deveu-se fundamentalmente à superioridade bélica destes últimos.

É este tipo de concisão que deve ser buscado na elaboração de hipóteses: um cuidadoso equilíbrio entre uma economia de elementos redacionais e uma riqueza mínima de aspectos que necessariamente devem ser definidos ou explicitados.

• *A hipótese deve apresentar consistência lógica*

Dizer que a hipótese deve apresentar uma *consistência lógica* (4) – ou que ela deve mostrar uma coerência interna – significa dizer que, entre outras coisas, a hipótese nunca deve contradizer o seu enunciado, nem deve conter inconsistências ou tautologias, e que os seus vários elementos devem ter um encadeamento lógico ou uma interação efetiva.

Apenas para dar um exemplo típico de erro de enunciação, deve-se rejeitar qualquer espécie de *proposição tautológica*. A proposição tau-

"definições", refere-se a este tipo de discurso que se movimenta em círculos – e que fingindo afirmar algo acaba não por não afirmar nada. Retomando o exemplo relativo à Conquista da América, seria tautológico dizer que "os espanhóis foram superiores belicamente aos mesoamericanos, porque estes possuíam menos armamentos e menos potencial bélico do que aqueles". Não se disse evidentemente nada de útil com esta relação de enunciados (é análogo a dizer: "Pedro é mais rápido do que Paulo, porque Paulo é mais lento do que Pedro").

Ainda a propósito das inconsistências lógicas, ocorre também que dois enunciados podem ser inteiramente verdadeiros sem que a relação estabelecida entre eles tenha qualquer consistência. Por exemplo: "a América foi descoberta pelos europeus porque a cultura renascentista apropriou-se de certas perspectivas estéticas da Antiguidade Clássica". Não há nada de errado com cada um dos fatores tomados isoladamente. O que é inadequada é a sua relação. Não parece ser possível relacionar estes dois fatores, que se colocam na verdade em referência a questões bem diferentes. Meramente sobrepostos como se fossem dois azulejos de desenhos diferentes, e falseados por uma inadequada mediação da conjunção "porque", os dois fatores propostos por esta hipótese inconsistente carecem de encadeamento lógico e de interação efetiva.

Um exemplo de incoerência interna relativa a contradições no enunciado está na seguinte redação de hipótese:

> A Revolução Americana, movimento revolucionário ocorrido na América em 1776, não foi verdadeiramente uma revolução, uma vez que não implicou em mudanças sociais radicais, mas apenas em uma libertação nacional.

Alguns problemas são evidentes na redação deste enunciado de hipótese. Se o que se pretende é sustentar que a "Revolução Americana" não foi efetivamente uma "revolução", por que o enunciado intermediário esclarece que a Revolução Americana foi um "movimento revolucionário" ocorrido na América em 1776? Talvez seja sequer recomendável aceitar, para esta hipótese, a designação "Revolução Americana" com relação ao movimento de independência americano, uma vez que esta categorização estaria também em contradição evidente com o que pretende demonstrar o autor da hipótese. Por outro lado, talvez o que a hi-

ocorrido na América não foi uma "revolução" no moderno sentido do termo (no sentido, por exemplo, proposto por Hannah Arendt ou por outros cientistas políticos). Talvez seja interessante, para evitar mal-entendidos, também especificar que "compreensão" está sendo atribuída ao conceito de "revolução". Uma nova redação poderia corrigir estes problemas:

> O movimento de libertação nacional ocorrido na América em 1776, e que muitos autores denominam "Revolução Americana", não foi efetivamente uma "revolução" no moderno sentido proposto por Hannah Arendt.

Com esta nova redação conseguiu-se a desativação de uma série de contradições internas ao antigo enunciado da hipótese. Ao definir os acontecimentos ocorridos na América em 1776 como "movimento de libertação nacional", o autor sai fora do circuito das contradições internas, e ao mesmo tempo chama atenção para o fato de que a contradição na verdade está naqueles autores que utilizam a denominação "Revolução Americana". Da mesma forma, deixa bastante claro que a sua afirmação está ancorada no uso moderno do conceito de revolução, e até cita uma referência teórica mais precisa (Hannah Arendt).

Contudo, pode ser que ainda fique uma ambiguidade no ar. Em primeiro lugar, é preciso esclarecer ao leitor em que consiste este moderno conceito de revolução proposto por Hannah Arendt. Em segundo lugar, com relação ao caso da Revolução Americana em especial, a autora Hannah Arendt era de opinião que este processo histórico representou de fato uma revolução no sentido compreendido modernamente.

Seria interessante – nos comentários à hipótese que poderiam ser feitos logo em seguida – esclarecer ao leitor de que o conceito de "revolução" proposto por Arendt vai além da mera ideia de um movimento social violento que subverte as estruturas políticas, implicando (a) não apenas em mudança política, mas em transformações sociais efetivas; (b) não apenas em "libertação", mas em um novo sentido de "liberdade"; (c) não apenas na idéia de que se vai restaurar uma ordem que fora perturbada por uma tirania injusta, mas na noção de que se está construindo algo efetivamente novo ("um novo começo"). Ou isto, ou como uma outra alternativa estas especificações do "moderno conceito de re-

caso a indicação relativa a Hannah Arendt e deslocando-a, talvez, para uma nota de pé de página.

Em segundo lugar, é preciso esclarecer ao leitor que se está tomando de Hannah Arendt *apenas* a sua formulação de um "moderno conceito de Revolução", e não as suas opiniões ou análises sobre os possíveis enquadramentos de processos históricos específicos na categoria "revolução". Afinal, nestas análises Hannah Arendt considera o movimento social que gerou a Independência Americana como efetivamente uma "revolução", por razões que ela apresenta argumentativamente. Diante de uma hipótese que afirmasse que este movimento social não foi uma revolução segundo o conceito proposto por Arendt, poderia parecer ao leitor que o autor da hipótese está caindo em contradição. É preciso que ele esclareça que concorda com a formulação teórica de Arendt mas não com a sua avaliação histórica.

Seria possível também desdobrar mais comentários esclarecedores, explicando-se para o leitor (de forma ainda sintetizada) por que motivo o movimento da Independência Americana não cumpre na opinião do autor este ou aquele aspecto que seria elemento constitutivo do "moderno conceito de revolução". Desdobrar a hipótese mais ampla em um ou mais dos aspectos particulares relacionados ao conceito de revolução proposto seria encadear uma sub-hipótese que passaria a especificar um ou mais elementos da hipótese principal, o que seria bastante válido.

Aproveitamos aqui para salientar que, habitualmente, depois de enunciar a hipótese proposta de maneira simplificada e econômica, vale a pena desdobrar alguns comentários mais esclarecedores. Neste caso, o texto da hipótese propriamente dita deve vir com algum recuo e com letras de tamanho diferente, para diferenciar claramente da parte que é apenas comentário.

• *A hipótese deve ser clara, e apresentar exatidão conceitual*

No último subitem, vimos que a utilização de termos ambíguos, ou ainda o confronto indevido de expressões contraditórias, podiam prejudicar seriamente a consistência interna de uma hipótese. O saneamento de determinadas expressões, a sua substituição por outras mais adequadas e a

rar sensivelmente para a produção de um texto com maior nível de *clareza* (5) e *exatidão conceitual* (6), eliminando confusões e ambiguidades.

Para que uma hipótese seja clara, é preciso que ela só inclua "conceitos comunicáveis"[97]. Da mesma forma não adianta utilizar termos vagos e imprecisos. Seria pouco útil do ponto de vista da ciência histórica dizer, por exemplo, que uma determinada sociedade atingiu seu ponto de desenvolvimento "ideal" no século XII. O que se quer dizer com "ideal"? Como se mede, ou a que se refere esta "idealidade"? Da mesma formá, é despropositado dizer que "a arte bizantina apresentou desenvolvimentos mais interessantes do que a arte romana do mesmo período". "Interessante" é adjetivo vago, e de qualquer modo os diversos critérios possíveis de apreciação artística são sempre excessivamente carregados de subjetividade (rigorosamente seriam mais válidos em uma obra de "crítica de arte" do que em um trabalho historiográfico sobre a arte).

Seria mais útil afirmar que uma certa sociedade atingiu seu ponto máximo de centralização estatal no século XII, ou que a arte bizantina de determinado período caracterizou-se por um predomínio de tais ou quais técnicas, por um interesse mais específico nestas ou naquelas temáticas, ou por uma certa forma de interação entre o artista e a sua sociedade. Neste caso, as afirmações deixam de ser vagas e começam a receber um delineamento mais esclarecedor, que as torna utilizáveis do ponto de vista científico.

Dizer, por exemplo, que uma certa comunidade apresenta um nível de religiosidade mais intenso do que outra, pode parecer muito vago. Dizer que esta comunidade manifesta a sua religiosidade com uma freqüência aos cultos religiosos que supera amplamente a frequência aos cultos análogos em uma outra comunidade – isto sim já apresenta informações mais precisas, inclusive passíveis de serem mensuradas no decorrer da demonstração da hipótese (através, por exemplo, da quantificação da média de idas ao culto dominical nos dois grupos e numa faixa específica de tempo).

A partir destes exemplos deve se compreender que certas expressões – demasiado vagas ou impregnadas de valorações de gosto ou afetivida-

---

97. Madeleine GRAWITZ, *Métodos y técnicas de las ciencias sociales*, Barcelona: Hispano Eu-

de – devem ser evitadas em um enunciado de hipótese (como também na definição de conceitos). Trata-se, sempre, de evitar a todo custo o uso de "conceitos incomunicáveis".

Grosso modo, existem cinco grupos de situações que podem dificultar ou impedir a comunicabilidade de uma hipótese: (a) quando ela se utiliza de expressões vagas ou mesmo vazias de sentido; (b) quando ela representa francamente juízos de valor ou aferições de cunho pessoal; (c) quando, utilizando expressão polissêmica, não se faz acompanhar por um comentário esclarecedor acerca do sentido que lhe empresta o autor; (d) quando são utilizadas expressões pouco conhecidas, a não ser da parte de um grupo muito reduzido de especialistas; (e) quando a redação é demasiado confusa ou excessivamente prolixa.

Apenas para exemplificar alguns destes casos, vejamos cinco exemplos de hipóteses respectivos a cada uma destas situações:

(a) **Utilização de expressões vagas**. "Jânio Quadros, Presidente do Brasil que renunciou ao mandato em 1962, foi excluído do poder central em decorrência da atuação de forças ocultas, que inviabilizaram o prosseguimento da sua atuação política".

Comentário: "forças ocultas", naturalmente, não faz nenhum sentido em análise política ou historiográfica, a não ser como elemento de um discurso que deve ser decifrado e analisado. Da mesma forma, é preciso prestar maiores esclarecimentos a respeito do que consistiria, de acordo com a hipótese proposta, esta "atuação política" de Jânio Quadros que teria gerado a resistência de uma determinada coligação de forças políticas (cuja natureza e composição, aliás, também deve ser especificada na hipótese). Falar em "forças ocultas" (expressão do próprio presidente deposto) pode ficar bem em uma frase de efeito pronunciada para a mídia, mas não em uma obra de História e de Ciência Política que pretenda refletir seriamente sobre aqueles acontecimentos políticos tão marcantes do início da década de 1960.

(b) **Emissão de juízos de valor**. "D. Afonso X foi o melhor governante da Península Ibérica no século XIII, tendo promovido amplamente a cultura e empreendido, na primeira parte de seu governo, uma centralização política que permitiu o aprimoramento das instituições monárquicas".

Comentário: "melhor" para quem? Para que setores da sociedade? Ou terá sido "melhor" para o autor da hipótese, que simpatiza com um determinado estilo de governar ou com um determinado padrão de organização estatal? "Melhor", mesmo considerando que tal expressão não indicasse um juízo de valor, em comparação a que outros governantes e em confronto com que contextos? O conteúdo pretendido para a expressão "melhor", utilizada neste enunciado de hipótese, é na verdade incomunicável do ponto de vista científico. Poderíamos seguir adiante no rastreamento da incomunicabilidade de determinadas expressões ou afirmações presentes nesta hipótese: por exemplo, o que significa "promover amplamente a cultura"? Que tipo de cultura? Ou ainda, por que a condução de um processo de "centralização política" é apontada como justificativa para uma valorização positiva do rei Afonso X pelo enunciador da hipótese? Se fosse possível fazer um diagnóstico da hipótese proposta, poder-se-ia dizer que os seus momentos de incomunicabilidade provêm da interferência de juízos de valor que passam como se fossem pressupostos por todos aceitos, além da utilização de termos que carecem de esclarecimentos e de maior precisão.

(c) **Uso de expressões polissêmicas não esclarecidas**. "Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi muito menos um herói do que um mito; a construção de sua imagem de mártir foi produto da ideologia".

Comentário: "mito" e "ideologia" são conceitos importantes nas Ciências Humanas, e devem ser utilizados (não é o mesmo caso de expressões como "melhor" ou "interessante"). Contudo, são expressões polissêmicas, que podem apresentar sentidos diversos conforme o âmbito teórico ou as intenções do autor, e por isto convém que sejam melhor esclarecidos quando aparecerem em um enunciado de hipótese. Isto não precisa ocorrer necessariamente no próprio enunciado da hipótese. Para tornar a redação da hipótese mais sintética, o esclarecimento sobre os sentidos que se pretende atribuir a estes conceitos pode ser encaminhado após a enunciação da hipótese, em um conjunto de comentários que visem esclarecer estes e outros aspectos. "Ideologia", por exemplo, deve tanto ter seu sentido claramente esclarecido no conjunto de comentários, como deve vir mais especificada no próprio corpo da hipótese (por exemplo: "...a construção da

riografia da primeira República, que estava preocupada em erigir símbolos nacionais que pudessem ser contrastados com os antigos símbolos de uma realeza ainda bastante presente no imaginário popular". Quanto a "mito", pode-se empregar uma expressão mais precisa como "mito político", para evitar confusões com outros sentidos possíveis para este conceito, e ainda podem ser acrescentadas referências teóricas, mesmo que através de notas de rodapé, para que a expressão utilizada adquira uma maior inserção teórica[98].

(d) **Uso de expressões pouco conhecidas sem maiores esclarecimentos**. "Durante a participação de Portugal nas lutas da Reconquista, o período situado entre 1175 a 1230 correspondeu a um esmorecimento em termos de avanços territoriais, o que ocasionou uma interrupção naquela distribuição de terras que vinha sendo realizada à medida que se avançava para o sul e que até então beneficiara tanto a nobreza senhorial como as propriedades vilãs alodiais; em vista disto, produziu-se um desequilíbrio entre o franco crescimento demográfico e os recursos econômicos do país, ocasionando um *excesso social de população*".

Comentário: À primeira vista, alguém pode estranhar a expressão "excesso social de população", ao invés simplesmente de "excesso de população". Pode ficar no ar a impressão de pleonasmo, por aproximação entre "social" e "população". Trata-se na verdade de um conceito específico elaborado por Norbert Elias em *O Processo Civilizador*, e que ninguém é obrigado a conhecer a não ser que esteja familiarizado com esta obra. Em vista disto, se o autor de uma hipótese pretende incluir este conceito em seu enunciado, e com o mesmo sentido empregado por Elias, convém prestar esclarecimentos adicionais ao leitor, remetendo à própria obra de onde o conceito foi adaptado. Seria suficiente, no grupo de comentários apresentado em seguida à hipótese, ou então por intermédio de notas de pé de página, transcrever o seguinte trecho de *O Processo Civilizador*: "O 'excesso de população' é acima de tudo uma expressão descritiva do crescimento demográfico em uma dada área até o ponto em que, na estrutura social existente, a satisfação das necessidades básicas só é possível para um número cada vez menor de pessoas. Por isso mesmo, deparamos com "excesso de população" apenas em relação a certas formas sociais e a certo conjunto de necessidades, ou seja, um excesso social de população" (Norbert Elias, *O Processo Civilizador*. v.2. p.40-41).

98. Sobre o "mito político" já existe uma bibliografia significativa. Pode-se começar por consultar o verbete "mito político" de Tiziano BONAZZI, incluído no *Dicionário de Política* organizado por Norberto Bobbio (Brasília: UNB, 2000, p.754-762). O diálogo teórico deve ser buscado em autores como Jean SOREL, GURVITCH, ou Roland BARTHES (este último na obra *Miti*

(e) **Redação confusa ou então prolixa**. "Adolf Hitler, pintor frustrado que acabou direcionando-se para a política radical de direita (embora a menção ao aspecto de frustração com relação à pintura talvez não passe de estratégia depreciativa desenvolvida pela historiografia europeia posterior à primeira guerra), manifestou desde cedo o seu ódio aos judeus, que procurou canalizar ao longo da sua atuação política através do culto ao tipo ideal alemão de raça ariana (tipo físico, aliás, do qual ele mesmo não era um bom representante), mas devendo-se notar que as causas da ascensão do nazismo não se restringem somente ao âmbito da figura de Hitler, já que são muito mais profundas e remetem na verdade a uma combinação de fatores que incluem o atraso da Alemanha na política imperialista europeia (uma vez que a Alemanha só conseguiu tardiamente a sua unificação a partir da atuação de Bismarck no último quartel do século XIX), e que também incluem a crise social em que se viu mergulhada a Alemanha após a sua derrota na Primeira Guerra Mundial, na qual Adolf Hitler já participara como cabo do exército alemão, sem contar ainda outro fator importante que foi o fenômeno do antissemitismo, já presente na Alemanha em períodos bastante anteriores aos eventos políticos mais imediatos que conduziram à Primeira e à Segunda Guerras Mundiais".

Sem comentários...

Formular uma hipótese com clareza, enfim, significa cuidar da elaboração do texto atentando para inúmeros fatores, que vão desde a utilização de "conceitos comunicáveis" e da expressão atentando para uma economia de enunciado, até o cuidado de desfazer possíveis ambiguidades e de deixar esclarecidas as escolhas do autor dentro de um eventual polissemismo existente.

• *A hipótese deve interagir com a teoria e com os métodos*

Fora a necessária interação da hipótese com o Problema, já discutida, espera-se da Hipótese simultaneamente uma interação com a Teoria e com a Metodologia (7). Este aspecto já foi mencionado por ocasião da discussão da "função norteadora" da hipótese, mas vale a pena rediscuti-lo em maior profundidade. De certa forma, a hipótese pode ser vista como uma espécie de elo entre a teoria e a metodologia que serão empregadas na pesquisa. É de um Quadro Teórico mais amplo que as hipóteses emergem, e é a partir delas que serão escolhidos as técnicas, os métodos, os instrumentos necessários a sua própria verificação.

Vimos isto no primeiro item deste capítulo, quando a partir de um problema imaginado no âmbito da vida cotidiana (a súbita falta de energia em um aparelho de televisão), foram sendo formuladas hipóteses sucessivas que implicaram, cada uma delas, em uma metodologia de verificação. Para problemas científicos, as hipóteses também irão gerar necessariamente metodologias, ou pelo menos permitir uma escolha dentro da infinidade de recursos metodológicos existentes. Se se trata de uma hipótese que faz referência a valores quantificáveis, pode ser que sejam apropriados métodos quantitativos ou estatísticos; se for uma hipótese que faz referência à presença de aspectos ideológicos em um determinado tipo de discurso, talvez consistam em uma boa escolha os diversificados métodos de análise textual, que contam com desenvolvimentos importantes nos campos da crítica literária, da semiótica, da análise de discurso, da lexicografia, e assim por diante.

A Teoria, representando uma determinada maneira de ver o mundo ou um certo campo de estudos, também deve apresentar interação com as hipóteses, constituindo-se na verdade no seu alicerce. Se acredito que a história é a expressão da luta de classes, é muito possível que as hipóteses por mim encaminhadas para a resolução de determinados problemas apontem para a identificação e esclarecimento das contradições sociais. Se vejo a sociedade como um grande organismo social, é possível que logo surjam hipóteses relacionando as instituições e os grupos sociais a funções a serem desempenhadas no interior deste grande organismo. Se encaro a sociedade a partir de estruturas invariantes de fundo, minhas hipóteses enunciarão por sob a diversidade de fenômenos sociais e de produtos culturais a presença de certos elementos que seriam comuns a todos os povos ou culturas.

Cada uma destas maneiras de ver o mundo, por outro lado, anseia por encontrar determinadas maneiras de agir no mundo. As teorias buscam métodos para se concretizarem através da resolução de problemas específicos, e o caminho que permite este acordo entre o "ver" e o "fazer" é precisamente a Hipótese – intermediária necessária entre o geral e o específico, entre o mundo abstrato dos conceitos e o mundo concreto dos métodos que são concebidos como caminhos para atingir objetivos determinados.

• *A hipótese deve ser suficientemente específica*

Se possível, uma hipótese deve conter referências empíricas que a delimitem e a tornem mais precisa (8).

Uma hipótese expressa em termos demasiado "gerais" frequentemente não pode ser verificada (retornaremos a isto mais adiante, quando discutirmos o subitem "verificabilidade"). Por isto, em geral cada hipótese deve se referir a uma unidade de observação bem definida, que estará associada a uma análise de populações, objetos, atividades, instituições, sociedades ou acontecimentos concretos que constituem o objeto da pesquisa.

Em História, a especificação requerida a uma hipótese vem habitualmente acompanhada de delimitações temporais, espaciais e sociais. Uma vez que se reconheça que qualquer sociedade está sujeita a constantes mutações, tanto sincrônicas como diacrônicas, não é possível pretender, por exemplo, que um determinado padrão de crescimento urbano válido para certas cidades americanas do século XX seja também perceptível, sem variações, nas cidades europeias da Idade Média ou do princípio do período moderno.

Por isto uma hipótese generalizadora como a dos "círculos concêntricos" de Burgess deve fixar as suas referências empíricas, o seu espaço de validade, a sua temporalidade. De igual maneira, uma hipótese como a de Todorov sobre o papel do choque cultural nas sociedades astecas deve vir encaminhada a partir de referências empíricas precisas, e a sua

aplicabilidade às populações pré-colombianas urbanizadas, de uma maneira geral, só será possível depois que se desenvolverem novas pesquisas que testem as proposições de Todorov em um novo universo empírico, como a sociedade incaica contra a qual se defrontou Pizarro à frente de um outro grupo de conquistadores espanhóis.

• *A hipótese deve ser relevante*

Uma Hipótese, como foi dito na abertura deste capítulo, deve contribuir efetivamente para um maior esclarecimento do problema estudado. Pode se dar que um certo problema seja relevante, mas as hipóteses propostas para o seu encaminhamento não apresentem nenhuma relevância em relação a ele (o que significa dizer que o problema aponta em uma direção e a hipótese uma outra).

Assim, para retomar o já examinado problema das "verdadeiras razões que estariam por trás da rapidez e facilidade com que se deu a Conquista da América pelos espanhóis no início do século XVI", seria irrelevante elaborar uma hipótese sobre "os padrões estéticos que predominavam nos templos astecas daquele período". Uma tal hipótese nada acrescenta ao problema central a ser discutido. Nesta pesquisa, ela se mostra uma hipótese deslocada ou mesmo desnecessária, embora em outra pesquisa, que aborde por exemplo uma "caracterização da arte asteca", ela possa vir a se constituir em uma hipótese relevante e até mesmo imprescindível.

Pode se dar ainda que nem o problema e nem a hipótese sejam relevantes com relação ao que se espera do conhecimento científico (em que pese que é sempre uma questão extremamente delicada alguém decidir que tipos de problemas científicos são relevantes para esta ou para aquela sociedade).

Podemos falar, desta forma, tanto em uma "relevância interna", através da qual a hipótese mostra-se articulada à pesquisa na qual se insere, como também em uma "relevância externa", através da qual a hipótese mostra-se articulada ao conhecimento científico de uma maneira geral, às práticas e expectativas sociais que a este conhecimento se articulam, e assim por diante. Neste particular, para mencionar mais especificamente

o caso da pesquisa historiográfica, convém lembrar o célebre texto de Michel de Certeau sobre a *operação historiográfica*[99], onde o autor ressalta que qualquer pesquisa histórica encontra-se necessariamente inscrita em um determinado "lugar de produção".

Frequentemente o que define a relevância de um tema ou de uma hipótese, queira o historiador ou não, é um lugar social bastante complexo, que possui dimensões sociais mais amplas e também dimensões institucionais muito específicas. É este "lugar social" que abre espaço para determinados temas, ao mesmo tempo em que interdita outros. Assim, pode se dar que o corpo de pesquisadores de uma certa instituição – ou mesmo a Diretoria desta instituição – mostre uma extrema resistência com relação ao encaminhamento de determinado tema ou à formulação de determinada hipótese. Neste caso, o melhor que pode fazer o historiador interessado é buscar uma outra instituição ou um outro contexto em que o tema ou a hipótese sejam melhor aceitos.

Assim, por exemplo, dificilmente alguém poderia obter o financiamento do Museu Villa-Lobos do Rio de Janeiro para uma pesquisa que apresentasse como hipótese central a sugestão de que a projeção nacional e internacional do compositor brasileiro Heitor Villa-Lobos só se concretizou em virtude das alianças políticas do compositor com o esquema político de Getúlio Vargas. Se o Museu Villa-Lobos foi criado precisamente para preservar a obra e memória deste compositor brasileiro, tal hipótese, ao desqualificar a importância estética da produção musical de Villa-Lobos, coloca em xeque a própria Instituição na qual ela pretende se inscrever.

Da mesma forma, para dar um exemplo ainda mais extremo, seria irrelevante, ou na verdade absurda, uma pesquisa de Mestrado em História em que o autor sustentasse a hipótese de que o conhecimento histórico é efetivamente impossível ou desnecessário. Se o autor acredita que o conhecimento histórico é impossível, desnecessário, ou irrelevante – e que portanto a disciplina História simplesmente não deveria existir –, por que razão ele deseja se tornar "Mestre em História"? Melhor seria

---

99. Michel de CERTEAU. "A operação histórica". In *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Fo-

que esta tese fosse defendida em uma Faculdade de Filosofia, lugar institucional em que não estaria mais deslocada. Em tempo: o que é irrelevante, neste caso, não é a enunciação da hipótese, mas a sua enunciação em um lugar institucional específico que está em flagrante contradição com a hipótese enunciada.

Pode se dar ainda que a hipótese apresente irrelevância, ou mesmo total incompatibilidade com relação ao "lugar social" mais amplo, para além do mero espaço institucional. O tema do nazismo, por exemplo, é extremamente relevante na atualidade, sobretudo em virtude do caráter traumático que este fenômeno social desempenhou na história mais recente da humanidade. Mas seriam pouco sustentáveis, nos meios acadêmicos europeus da atualidade, hipóteses que se mostrassem simpáticas à ideologia nazista. Dificilmente encontraria um espaço institucional uma tese de doutorado que se propusesse a demonstrar que Hitler efetivamente tinha razão ao propor o extermínio de milhares de judeus e de outros grupos humanos que estavam aprisionados nos campos de concentração da Alemanha por ocasião de seu governo. Uma hipótese sobre a superioridade da raça ariana ou seria considerada irrelevante, já que se desenvolveram mais recentemente pesquisas que comprovam a insustentabilidade de teorias de superioridade racial, ou seria considerada socialmente perigosa, em virtude da existência de grupos neonazistas ainda na Europa dos dias de hoje.

Também pode se dar que um certo tema, acompanhado de determinadas hipóteses, não apresente relevância com relação às expectativas atuais da disciplina em questão. Seria considerada irrelevante uma tese em História ou em Sociologia que propusesse a hipótese de que "os emergentes do Rio de Janeiro, em contraste com as elites tradicionais da mesma cidade, têm preferido esta ou aquela marca de perfume nos últimos dez anos". Mas pode ser que uma certa indústria de cosméticos se propusesse precisamente a financiar uma pesquisa direcionada por esta hipótese, com a finalidade de lançar um novo produto que almejasse conquistar as preferências de um determinado público-alvo. A relevância de uma hipótese pode se transformar, conforme vemos, à medida que deslocamos as coordenadas do seu "lugar de produção" ou que alteramos os objetivos da pesquisa em que ela se insere.

• *A hipótese deve ser pertinente*

A hipótese deve constituir uma proposição que mereça ser investigada ou que instigue a curiosidade científica (o que em alguns casos remete aos aspectos que já foram discutidos no subitem anterior). Da mesma forma, a hipótese não deve ser óbvia, nem indicar uma certeza; mas sim uma probabilidade, uma suspeita, uma reflexão mais complexa. Deve ser *pertinente* com relação à sua própria condição de hipótese (10).

Conforme já foi dito, uma afirmação evidente *não* é uma hipótese. Pode ser meramente um enunciado empírico, já amplamente comprovado, ou mesmo um axioma*, que é uma afirmação aceita sem controvérsias e sem a necessidade de ser comprovada. Não pode ser colocada como hipótese a afirmação de que "as mulheres na Idade Média eram submetidas a uma organização social regida por um poder essencialmente masculino", porque esta afirmação já se mostra evidente por tudo o que já se conhece do período medieval e não haveria qualquer pertinência em desenvolver uma pesquisa para demonstrá-la. Pertinente seria a hipótese de que, "mesmo dentro de um espaço de poder essencialmente masculino, a mulher encontrou estes ou aqueles espaços de resistência" (neste caso, para tornar esta hipótese mais pertinente, seria o caso de especificar que espaços de resistência seriam estes).

Para ser pertinente, a Hipótese deve superar a *obviedade* e se tornar mais *complexa*, mais refinada. Deve superar a *superficialidade* das meras afirmações empíricas para adquirir uma maior *profundidade* que relacione estas afirmações. Ela deve, por fim, conter algo de novo – e não repetir simplesmente algo que já se sabe (fator *originalidade*).

• *A hipótese deve ser plausível*

O critério da plausibilidade como requisito necessário a uma boa hipótese é o mais sujeito a controvérsias. Alguns autores sugerem que a hipótese deve ser necessariamente compatível com o conhecimento científico já existente ou com outras hipóteses já comprovadas. Mario Bunge, por exemplo, considera esta "compatibilidade com o corpo de conhecimentos científicos" como um aspecto relacionado à "consistência lógica" da hipótese, mais propriamente à sua "consistência externa".

Este aspecto, contudo, é problemático quando examinamos a riquíssima história do conhecimento humano. Feyerabend, em um livro brilhante[100], procurou mostrar precisamente que, se as hipóteses científicas não tivessem ao longo da História da Ciência contrariado os preceitos científicos já aceitos e também transgredido as regras metodológicas existentes, o conhecimento científico não teria efetivamente progredido. Se assim não fosse, a chamada revolução copernicana da ciência não poderia ter proposto a hipótese do heliocentrismo em oposição ao sistema vigente que era o geocentrismo de Ptolomeu.

• *A hipótese deve ser verificável*

De nada adianta formular uma hipótese que não traga consigo possibilidades efetivas de verificação (12), seja para ser confirmada ou para ser refutada. É verdade, por outro lado, que diversas hipóteses que foram demonstradas apenas no âmbito dedutivo, ou outras que durante muito tempo permaneceram nas proximidades do âmbito conjectural, só tiveram a sua comprovação empírica muito tempo depois, com a realização de experimentos ou com a percepção posterior de determinados fenômenos com ela relacionados. Diversos dos desdobramentos da "Teoria da Relatividade" de Einstein, por exemplo, só puderam ser confirmados bem posteriormente à enunciação daquela teoria e de suas implicações.

No caso da História – uma vez que esta não lida com *hipóteses preditivas** como a Física, mas sim com hipóteses construídas sobre análises de fatos, de dados e de indícios do passado que lhes chegam através das fontes e documentos – a "comprovação empírica" de hipóteses sob a forma imediata de "diálogo com as fontes" é a prática corrente do historiador. Isto não impede, por outro lado, que trabalhos posteriores possam reforçar as conclusões de uma pesquisa primeira, funcionando como reforços posteriores de verificação. Mas em todo o caso, tratando-se de verificações imediatas ou de verificações posteriormente incorporadas, a História modernamente concebida não lida com comprovações definitivas, a não ser no âmbito dos dados empíricos (vale dizer, posso comprovar definitivamente uma informação, mas não a validade de uma determinada análise interpretativa que estabeleci sobre uma certa conexão de fatos).

Com relação aos processos de *verificação*, esta pode ou ser obtida de maneira direta a partir do próprio enunciado da hipótese (quando este enunciado é confrontado com os dados empíricos que o confirmarão ou que o contestarão) ou pode ser obtida mais propriamente a partir de suas consequências. Neste caso, o que se faz é deduzir da hipótese matriz certas implicações passíveis de comprovação empírica. Assim, lembrando outra vez as hipóteses centrais apresentadas por Einstein na "Teoria da Relatividade", estas conduziram por dedução a algumas implicações passíveis de posterior comprovação empírica... como a de que, nas proximidades de corpos de grande massa, a luz sofreria um desvio perceptível[101].

Outro aspecto a ser considerado para que uma hipótese conserve um razoável potencial de verificabilidade relaciona-se à busca de uma dosagem entre "generalização" e "especificidade". Tal como já foi mencionado antes, para além de seus aspectos generalizadores uma hipótese deve ser por um lado "minimamente específica" (8), e por outro lado deve ser dotada de "precisão conceitual" (6). Estes aspectos, já discutidos, interferem diretamente sobre a verificabilidade de uma hipótese.

Assim, uma hipótese demasiado generalizadora, ou formulada em termos muito gerais, frequentemente não pode ser verificada. É necessário, amiúde, especificar na própria hipótese o que se pretende ou o que se pode verificar. Para lembrar um exemplo atrás mencionado, uma hipótese que se refira de maneira muito geral à... maior "religiosidade" de uma determinada comunidade em relação a uma outra... pode ser substituída por uma hipótese mais eficaz, mais específica e portanto verificável, que se refira à "frequência aos cultos religiosos". Isto porque "religiosidade" é uma formulação demasiado geral e imprecisa, mas "frequência aos cultos religiosos" é uma formulação mais específica, e que pode ser mensurada.

Em síntese, a verificabilidade de uma hipótese depende por um lado de alguns aspectos internos ao seu enunciado, como a presença de referências empíricas mensuráveis ou passíveis de análise, ou ainda a precisão conceitual. Por outro lado, depende também de aspectos externos,

como a existência de técnicas disponíveis que permitam o confronto da hipótese com dados empíricos ou com análises elaboradas a partir destes dados. Outro fator externo necessário à verificação de uma hipótese, naturalmente, é a própria existência de materiais ou de fontes que relacionem a hipótese formulada abstratamente com alguma situação concreta. Em História, por exemplo, é o mesmo que dizer que é inócua a formulação de uma hipótese sem que estejam previstas as fontes ou documentos necessários para a sua comprovação.

6.4. A Hipótese em seu momento criador

Não é difícil fixar as normas para a elaboração – aqui entendida no seu aspecto redacional – de uma boa hipótese, tal como pudemos verificar no item anterior. Mais difícil, entretanto, é buscar normatizar elementos relacionados ao momento primordial da criação de uma hipótese.

Criar uma hipótese, já se disse, remete a aspectos relacionados ao que há de mais sofisticado na imaginação humana. Algumas vezes, o momento quase mágico da criação de uma hipótese genial – por um grande cientista como Arquimedes ou Galileu – parece aproximar surpreendentemente a Ciência... da Arte. De Morgan teria se referido a este ato primordial da pesquisa e da elaboração do conhecimento científico da seguinte forma:

> Uma hipótese não se obtém por meio de regras, mas graças a esta sagacidade impossível de descrever, precisamente porque quem a possui não segue, ao agir, leis perceptíveis para eles mesmos[102].

Assim mesmo, é possível pelo menos apontar os caminhos a partir dos quais uma hipótese se materializa para cumprir as várias funções registradas no item anterior.

• *Elaboração por* Analogia

O caminho aparentemente mais fácil é o da *Analogia*. Como em qualquer atividade na vida, uma excelente estratégia é seguir os passos

---

102. DE MORGAN, *apud* Alfonso Trujillo FERRARI. *Metodologia Científica*. São Paulo:

de um andarilho mais experiente na viagem do conhecimento. Não exatamente para copiá-lo, mas para adaptar uma determinada possibilidade ao novo objeto de estudos que construímos. Uma hipótese, neste sentido, pode ser obtida através da analogia com outra já bem-sucedida, e que mostre aplicabilidade em pesquisas que não aquela para a qual ela foi originalmente produzida.

Para retomar o exemplo da hipótese de Todorov sobre "a importância do choque cultural na sujeição dos povos astecas", é possível aventar que esta hipótese, que foi utilizada com tanta maestria para examinar a conquista do império asteca, seja também aplicável ao estudo da "sujeição dos povos incas". Estaremos neste caso investindo na "analogia", com base no fato de que os povos mexicanos tinham muitas coisas em comum em relação aos incaicos, particularmente no que se refere ao mesmo modo de confrontação cultural que foi produzido diante da chegada dos espanhóis.

Para criar uma hipótese por analogia, naturalmente, o historiador deve agir com a prudência de verificar se são realmente efetivas as condições existentes entre a sua realidade de estudos e a realidade de estudos que havia produzido a hipótese original. Não há maior perigo para o historiador, e nem maior crítica a ser recebida dos seus pares, do que o deslize do "anacronismo", que consiste em importar uma análise ou reflexão que é válida para determinada realidade histórica para outra, sem a devida reflexão crítica e as necessárias adaptações.

Munido das devidas precauções, um historiador pode criar uma nova hipótese inspirado na leitura de uma certa obra. A adaptação de uma hipótese a uma nova realidade, ou mesmo à própria realidade que havia sido trabalhada por outro autor mas agora vista de um novo prisma, pode ensejar modificações substanciais na hipótese inspiradora. Vimos atrás como a hipótese do crescimento em "círculos concêntricos" de Burgess gerou outras possibilidades, propostas por sociólogos como Hoyt, Harris ou Ullman.

A analogia como fonte geradora de hipóteses pode se dar não apenas por observação ou inspiração de outras hipóteses, mas também por inspiração de processos diversificados perceptíveis em outros campos do conhecimento ou mesmo na vida cotidiana. Fundamentalmente, a "analo-

gia" é aquele processo de conhecimento através do qual o sujeito promove associações entre dois ou mais fenômenos através da captação de aspectos similares (ou percebidos como similares) que existiriam entre eles.

Assim, pode se dar o caso de que observações do universo circundante ou de fenômenos naturais promovam a construção de hipóteses por analogia. Foi por analogia em relação ao crescimento da célula, que passou a ser identificado com maior precisão pelos cientistas a partir do uso mais sistemático do microscópio, que alguns sociólogos da chamada "Ecologia Urbana" construíram um modelo teórico de crescimento urbano.

Da mesma forma, a analogia em relação a um outro campo do conhecimento humano pode ajudar a formular hipóteses. Para continuar com mais um exemplo relativo à Ecologia Urbana, o fenômeno da "segregação", relacionado à coexistência em uma mesma superfície vegetal de tipos de população de micro-organismos que exercem atividades diferenciadas e que não se misturam, gerou a possibilidade de importar este modelo de visualização para os fenômenos de divisão social que se operam no interior de uma cidade, dando origem tanto à formulação da noção de uma segregação espacial, claramente localizada em uma distribuição de tipos de população por bairros específicos em diversas cidades, como também dando origem à ideia de uma segregação social não espacializada, que discrimina através das relações no mundo do trabalho, do acesso a determinados ambientes, do poder econômico, e sobretudo da dimensão simbólica (um automóvel de último tipo como indicativo de nobreza, o uso do vestuário como demarcador social, e assim por diante)[103].

Também os positivistas e outros pensadores do século XIX produziram analogias diversas entre as sociedades e o mundo natural. Augusto Comte e Spencer, por exemplo, construíram por analogia hipóteses que comparam o desenvolvimento das sociedades ao desenvolvimento de organismos vivos[104]. Comte chegou a falar em uma "fisiologia social", ao mesmo tempo em que na "Teoria dos Três Estágios" compara o pro-

103. Um dos responsáveis pela adaptação do conceito de "segregação" ao campo da sociologia urbana foi HOLLINGSHEAD, da Escola de Chicago*.

104. A obra de Herbert SPENCER que se desenvolve nesta direção é *Princípios de Sociologia*

cesso de amadurecimento da sociedade ao processo de amadurecimento de um indivíduo humano. Do mesmo modo, Spencer formulou a hipótese de que as sociedades e civilizações atravessam fases semelhantes às da história de vida dos organismos biológicos, partindo de estágios com maior simplicidade de estruturas para estágios mais complexos de amadurecimento, verificando-se também uma analogia entre a decadência de uma civilização e o envelhecimento de um organismo.

As analogias, conforme já ressaltamos, devem ser elaboradas com o devido cuidado. Mas são, fora de dúvida, fontes importantes para a elaboração de hipóteses.

• *Elaboração por* Indução

Alguns exemplos de hipóteses criadas a partir de *Indução*, ou mais particularmente a partir de generalizações elaboradas com base em observações empíricas, encontram-se entre as já citadas hipóteses da Sociologia Urbana sobre o crescimento das cidades. De observações sistemáticas e de comparações entre vários casos e levantamentos realizados, autores como Burgess criaram hipóteses como a do "crescimento urbano por círculos concêntricos".

A hipótese criada por indução procura dar sentido a um certo conjunto de dados coletados, criando conexões entre eles para formular um enunciado geral que os explique. Naturalmente que, depois de chegar a uma hipótese por indução de alguns elementos identificados na pesquisa exploratória, o pesquisador deve realizar um caminho de volta, testando a sua hipótese no confronto com um conjunto de dados empíricos mais abrangente ou examinando-a em situações mais diversificadas. Assim, se a indução gerou a hipótese, também o pesquisador deverá se valer da indução para testá-la.

Por outro lado, pode-se produzir uma hipótese por indução não apenas a partir de dados empíricos verificados, mas de hipóteses específicas que em etapa posterior alcançam um nível maior de generalização. Assim, retomando a hipótese de Todorov acerca da importância do "choque cultural" para explicar a facilidade com que foram sujeitados os astecas, pode-se aventar em um segundo momento que, já que existiam outras sociedades pré-colombianas similares à asteca, a mesma hipó-

Assim, o "choque cultural" teria desempenhado um papel determinante não apenas na sujeição da sociedade asteca, mas nas civilizações pré-colombianas de uma maneira geral. Naturalmente que também neste caso o caminho de volta é necessário. Para sustentar que a hipótese do "choque cultural" não é válida só para o caso asteca, seria interessante realizar um estudo comparativo com relação à sujeição dos incas em situações similares, e assim por diante. Somente testada a hipótese neste nível mais amplo de abrangência pode ser confirmada a validade de sua generalização.

• *Elaboração por* Dedução

Outra fonte importante para a criação de hipóteses é o pensamento dedutivo. Uma hipótese pode ser deduzida de uma teoria, ou também de uma outra hipótese mais geral e mais ampla. Neste último caso, pode-se tomar uma hipótese mais geral já formulada por um outro estudo e propor a sua aplicabilidade a situações mais específicas, empreendendo, se necessário, as devidas adaptações. Assim, se um autor tivesse já chegado à formulação de que o "choque cultural" foi o fator dominante na sujeição das civilizações pré-colombianas de maneira geral, outro autor poderia se propor a estudar esta hipótese no circuito mais restrito das civilizações dos maias ou dos incas. Isto seria deduzir uma hipótese mais específica e circunscrita de uma hipótese mais ampla e mais generalizadora.

• *Elaboração por* Aperfeiçoamento *de hipótese ou teoria anterior*

Pode-se dar o caso de que uma determinada hipótese formulada em outro trabalho científico seja retificada ou aperfeiçoada à luz de novas evidências empíricas ou de novas considerações que não haviam sido previstas. Já se citou o caso da hipótese do crescimento urbano por "círculos concêntricos" de Burgess, que se beneficiou de adaptações empreendidas por Harris e Ullman ao se considerar a possibilidade de que o crescimento urbano se daria a partir de "núcleos múltiplos", e também das adaptações empreendidas por Hoyt no sentido de um "crescimento axial".

• *Elaboração por* Intuição

Não raro os cientistas formulam suas hipóteses a partir da *Intuição*.

conduzir o cientista ou o pesquisador a intuir descobertas inicialmente formuladas sob a forma de hipóteses.

Um exemplo célebre é a história que Plutarco conta sobre Arquimedes (c.287-212 a.C.), filósofo grego que teria elaborado a hipótese do "empuxo e repuxo". Diante da necessidade de resolver um problema prático e específico que lhe fora colocado pelo rei Hierão da Siracusa – que era o de verificar se uma coroa que mandara fabricar havia sido feita realmente de ouro maciço ou se continha alguma percentagem de outro metal – Arquimedes estaria pensando neste problema quando, ao se banhar em uma banheira, sua atenção se dirigiu para o fato de que seu corpo se tornava mais leve quando estava imerso na água. A partir desta observação a princípio distraída, teve a ideia de que para resolver o problema bastaria comparar o deslocamento de líquido produzido pela coroa com o volume de líquido deslocado por uma outra com o peso que deveria ter se fosse apenas feita totalmente de ouro. Estendendo o caso para um âmbito mais genérico, Arquimedes formulou mais tarde o famoso princípio de hidrostática que leva o seu nome. Conta-se ainda que, ao realizar a sua descoberta, Arquimedes teria saído à rua, despido, gritando a palavra "heureca", que significa "descoberta".

6.5. Considerações finais: Hipótese Central, Hipóteses Secundárias e Comentários

Uma tese ou projeto de pesquisa pode apresentar mais de uma *hipótese central*, ou também uma única hipótese central que, eventualmente, se desdobra em sub-hipóteses (formulações subsidiárias que se desenvolvem dedutivamente desta hipótese central ou que especificam alguns de seus aspectos).

Para exemplificar este último caso, a hipótese extremamente genérica de que "o período de crise social que deu origem à Revolução Francesa foi precedido por uma alta secular de preços" pode ser desdobrada em sub-hipóteses mais específicas e por isto mesmo mais verificáveis, como a de que teria ocorrido uma alta no preço do trigo em Marselha, uma alta no preço da aveia em Toulouse, e assim por diante.

Também poderiam ser desenvolvidas hipóteses subsidiárias que preenchessem o espaço que vai da alta de preços à crise social e à agitação política propriamente dita. Neste caso, a hipótese central estaria interpolando, entre seus termos, outras hipóteses mais desdobradas. Por exemplo, poder-se-ia dizer que a alta geral de preços produziu simultaneamente a falência de negócios diversos e a impossibilidade de subsistência das famílias de menor poder econômico; que a falência de empreendimentos produziu desemprego nos meios urbanos e desestabilização de propriedades que utilizavam mão-de-obra camponesa nos meios rurais; que o desemprego também incrementou mais ainda a miséria; que tudo isto foi gerando perturbações sociais que, canalizadas politicamente, transformaram-se em agitações revolucionárias. Desta forma, os caminhos entre a alta de preços e a agitação política tornaram-se mais explícitos a partir da formulação de hipóteses intermediárias.

Para além de desdobrar uma hipótese central em hipóteses subsidiárias, cada hipótese, depois de formulada de maneira sintética e objetiva dentro dos critérios já discutidos, pode vir acompanhada em seguida de comentários mais específicos. Neste caso, em termos de exposição textual, costuma-se formatar o corpo da hipótese propriamente dita com recuo diferenciado e outros critérios de destaque (como um tamanho de letra distinto, outro espaçamento, etc.). É importante que fique claro para o leitor uma distinção entre a hipótese e os seus comentários adicionais (pode-se inclusive assinalar cada enunciação de hipóteses e cada sequência de comentários com as palavras "Hipótese n° 1", "Comentários", "Hipótese n° 2", "Comentários", e assim por diante.

A função do "comentário" é explicar melhor a hipótese, fornecer definições adicionais para termos ou expressões do seu enunciado que eventualmente possam gerar dúvidas, acrescentar eventualmente referências empíricas que não tenham figurado no enunciado da hipótese, assinalar possibilidades de caminhos para a sua verificação, exemplificar situações que possam deixar mais claras as possibilidades de aplicação da hipótese generalizadora, e prestar esclarecimentos em geral. Exemplificaremos com a redação da Hipótese de Todorov sobre a Conquista da América, seguida de um Comentário correspondente:

Hipótese:

"A vitória de um reduzido número de conquistadores espanhóis, de forma relativamente rápida e com aparente facilidade, sobre milhões de astecas que compunham uma sociedade bem organizada, deveu-se principalmente ao 'choque cultural' que desfavoreceu aos astecas no confronto com os homens de Fernando Cortês".

Comentário:

Durante a ação de conquista movida contra as sociedades astecas que encontrou no México em 1519, Fernando Cortês dispunha apenas de quatrocentos homens em confronto com um milhão de astecas. A conquista, embora com episódios dramáticos e algumas situações de risco, deu-se com relativa rapidez e facilidade, o que até hoje intriga os historiadores dando margem a diversificadas explicações e análises interpretativas acerca daqueles acontecimentos. Sustenta-se aqui que, embora a superioridade bélica espanhola e outros aspectos devam ser considerados, o fator que pesou decisivamente na conquista, de acordo com a forma como ela se deu, foi o "choque cultural" entre as duas civilizações. Este "choque cultural", produzido pela "alteridade" entre os dois grupos humanos, teria sido assimilado de maneira muito mais favorável pelos espanhóis, que já conheciam diversas civilizações diferentes da sua, tanto no que se refere a aspectos étnicos como no que se refere a hábitos sociais, formas de organização e aspectos culturais diversificados. Já os astecas só conheciam grupos humanos não muito diferenciados do seu próprio padrão de identidade, e por isto mesmo tiveram uma extrema dificuldade de assimilar o "choque cultural" produzido pela chegada dos espanhóis, o que implicou tanto no estranhamento de aspectos sociais e culturais diversos como também na incapacidade de decifrar os signos dos conquistadores. A hipótese pode ser verificada com análise dos discursos dos espanhóis e dos astecas, presentes em fontes como as *Cartas de Fernando Cortês* ou os *Testemunhos dos informantes de Sahagún*.

O comentário acima acrescenta à formulação objetiva da Hipótese algumas referências empíricas importantes, como números mais específicos dos efetivos espanhóis e da civilização asteca e uma especificação no tempo mais precisa. Também esclarece que o processo de conquista não deixou de ter os seus momentos dramáticos, embora de uma maneira geral seja intrigante a rapidez com que se deu a ação espanhola con-

tando com um tão reduzido efetivo de homens em comparação com a civilização a ser submetida. O conceito de "choque cultural" é mais clarificado, e ficamos sabendo que envolve questões de "alteridade" entre dois grupos humanos que apresentam características sociais, culturais e sistemas de signos diferenciados. Por outro lado, o Comentário acrescenta uma abordagem sobre o tipo de fontes que podem ser empregadas para a verificação da hipótese proposta. Poderia ser mesmo o caso de se incluir uma exemplificação com um trecho ou outro das fontes propostas, o que não foi feito aqui para atender a objetivos de síntese.

Como vemos, o Comentário buscou acrescentar mais informações e dados empíricos à formulação sintética da Hipótese, prestar esclarecimentos adicionais, definir melhor o seu conceito fundamental, sugerir fontes utilizáveis na verificação.

Os Comentários sobre as Hipóteses não constituem subitens obrigatórios nos Projetos de Pesquisa, mas ajudam sensivelmente a esclarecer mais as hipóteses a que se referem. É neste sentido que podem ser utilizados, devendo ficar claras em termos redacionais a sua separação em relação às hipóteses correspondentes – particularmente para que o leitor não fique com a impressão de que, no caso de um texto onde não estejam bem delimitadas estas divisões, trata-se de uma hipótese demasiado extensa, quando é consensual que a hipótese deve ser o mais sintética possível.

A adoção da prática de comentar as hipóteses enunciadas, em todo o caso, é uma opção daquele que elabora o Projeto, como aliás vários outros de seus aspectos, inclusive a disposição e a inclusão de determinados capítulos. A orientação deste trabalho, conforme já destacamos em outras oportunidades, não tem sido a de impor modelos, mas sim a de oferecer um quadro de alternativas para que o próprio pesquisador construa o modelo de Projeto de Pesquisa mais adequado às suas especificidades.

Conclusão

O Projeto de Pesquisa, conforme se procurou mostrar neste livro, é instrumento precioso para a pesquisa científica, e particularmente para a pesquisa historiográfica. Através dele o pesquisador logra estabelecer um planejamento decisivo para as etapas que terá de percorrer, toma consciência de sua pesquisa ao mesmo tempo em que a constrói, e municia-se do instrumental necessário para empreender esta viagem singular que é a da busca do conhecimento.

Planejar – ou construir previamente no seu mundo mental o esboço de algo que se verá concretizado no plano real através de um esforço sistemático – é precisamente o que diferencia o homem dos animais. A este respeito, já dizia Karl Marx:

> Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.

Nesta época em que se busca "ciência com consciência", a antevisão responsável do que se pretende produzir cientificamente é uma motivação a mais para utilizar este instrumento de autoconsciência e planejamento que é o projeto de pesquisa.

Dos itens iniciais pertinentes a um Projeto de Pesquisa, discutidos nos quatro primeiros capítulos desta obra, o mais essencial, uma vez que dele se desdobrarão todos os outros, é a "Delimitação Temática". Conforme vimos neste livro, constituir um objeto de estudo já implica em atender a determinadas motivações que deverão ser coerentemente explicitadas no capítulo "Justificativa", bem como significa se compromete[illegible] determinados "Objetivos". De igual maneira, ao delimitar o

tema o pesquisador já está imediatamente se direcionando para um diálogo com a literatura existente que mantenha pontos de afinidade com a sua temática, o que se expressa adequadamente na "Revisão Bibliográfica". Não importa se para absorvê-la ou contestá-la em alguns pontos o pesquisador com o seu tema acaba por mergulhar necessariamente em uma intertextualidade formada por tudo o que se escreveu em torno do seu campo temático.

Para além da "Delimitação Temática", capítulo fundador de um Projeto de Pesquisa, vimos nos dois capítulos finais deste livro que o "Quadro Teórico" e as "Hipóteses", ao lado da Metodologia, constituem o verdadeiro núcleo do conjunto de requisitos e procedimentos necessários para um pesquisador lançar-se ao seu trabalho, uma vez definido com clareza o objeto da pesquisa. São aspectos intimamente relacionados, mas que devem ser bem compreendidos nas suas especificidades.

Um trabalho futuro, na esteira deste que até aqui foi desenvolvido, buscará desenvolver os aspectos pertinentes à Metodologia, encadeando-se ao que até aqui foi exposto. Teoria e Metodologia, quando habilmente conectadas por algumas hipóteses de trabalho pertinentes e bem elaboradas, constituem o grande segredo dos sucessos de empreendimentos relacionados à produção do conhecimento humano de tipo científico. Não importa o campo de estudos ou a disciplina a que se dedique o pesquisador, é sobretudo neste núcleo mais elementar que começam a aparecer as grandes soluções, a originalidade científica, os avanços possíveis no conhecimento a ser produzido.

GLOSSÁRIO

A

Alienação. Estado no qual o indivíduo ou o grupo social torna-se alheio ou estranho aos resultados ou produtos de sua própria atividade (ou, ainda, o alheamento relativo à própria atividade em si mesma). Com este sentido, é um dos conceitos fundamentais da análise marxista das relações entre Capital e Trabalho.

Alteridade. Sentimento de diferença, principalmente no que concerne a aspectos culturais e étnicos. A expressão tem sido bastante utilizada na Antropologia e na História Cultural.

Amostra. Parte representativa de uma determinada população ou conjunto de fontes que se pretende estudar.

Analogia. 1 – Semelhança, correspondência, correlação. 2 – Identidade de relação que une dois a dois os termos de dois ou mais pares. Na *República* e no *Timeu* de Platão, por exemplo, a ideia de analogia está expressa na comparação entre o Bem e o Sol, indicando que o primeiro desempenha no mundo inteligível o mesmo papel que o segundo no mundo sensível. Na escolástica, o "modo de falar análogo" corresponde à situação em que se aplica aos termos comuns em sentido não inteiramente idêntico, porém semelhante a partir de uma certa proposição.

Annales. Ver *Escola dos Annales**.

Assunto. Ver *Tema**.

Axioma. Premissa considerada evidente e verdadeira por si própria, sem necessidade de demonstração, por parte de todos aqueles que lhe compreendem o sentido. Os axiomas, que na matemática correspondem a princípios não demonstráveis mas evidentes, teriam a propriedade de impor a sua aceitação de imediato. Na filosofia e na ciência contemporâneas, tendentes à relativização, este caráter imediato do axioma vem sendo revisto, e o axioma tende a se tornar sinônimo de postulado*.

mática ou como postulado varia de sujeito a sujeito, ou de sistema a sistema de conhecimento.

B

Base (infraestrutura). Noção que, conjuntamente com a noção complementar de "superestrutura", compõe a metáfora do edifício utilizada por Marx e Engels a partir de *A Ideologia Alemã*. A estrutura econômica da sociedade corresponderia a uma base que condicionaria as formas do Estado e da consciência social. Esta ideia primordial implicaria no desdobramento de que a estrutura não é autônoma (ou, ao menos, de que não é inteiramente autônoma), sendo determinada pelas relações de produção social. O texto clássico de Marx que consolida esta metáfora, de forma mais explícita, está no "Prefácio" à Contribuição à crítica da *economia política*: "[...] o conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...]". Por outro lado, é bom lembrar que, em textos mais específicos, tanto Marx como Engels combateram as interpretações meramente reducionistas da imagem da "base-superestrutura". Documentos significativos para a identificação desta nuance relativizadora no último pensamento de Engels são algumas das cartas produzidas a partir de 1890. Veja-se, em especial, a carta a C. Schmidt de 27 de outubro de 1890, e a carta a F. Mehring de 14 de julho de 1893 [ambas foram publicadas em Florestan FERNANDES (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1984. p.458-468]. "Esses senhores esquecem com frequência e quase deliberadamente que um elemento histórico, uma vez posto no mundo através de outras causas, econômicas no final das contas, agora também reage sobre a sua circunstância e pode retroagir até mesmo sobre as suas próprias causas" ("Carta a Mehring").

C

Categorias. Diferentes classes do ser, ou diferentes classes dos predicados que podem ser afirmados de um sujeito.

Centralização. Fenômeno social de concentração em torno de um líder, de um grupo, ou de um conjunto de ideias. Em termos políticos, a centralização estatal corresponderia à concentração de certas prerrogativas de controle social por um determinado sistema político-institucio-

Classe (social). 1 – Classificação que, no seu sentido mais geral, divide uma sociedade em grupos mais ou menos amplos de homens a partir de critérios relacionados à natureza da função que exercem na vida social e à parcela de vantagens (ou desvantagens) que extraem de tal função. Neste sentido, os subconjuntos sociais que podem ser denominados "classes" são definidos em termos de *status*, privilégios, de benefícios relacionados à distribuição desigual de bens econômicos, de acessos discriminatórios a valores culturais, de lugar nos processos de produção econômica, de divisão preferencial das prerrogativas relativas ao poder e à autoridade, ou mesmo nos termos de uma identificação de si mesmo que um determinado grupo social constrói ideologicamente. Estes critérios, que frequentemente aparecem combinados, podem também se contradizer em uma sociedade complexa. Assim, em uma determinada sociedade historicamente localizada a classe alta tradicional pode estar relativamente empobrecida. 2 – Em uma acepção mais restrita, as "classes" devem ser diferenciadas das meras "estratificações sociais"* através da ênfase mais no aspecto da *relação* do que no da distribuição dentro da estrutura social. Neste sentido, buscar-se-ia enfatizar que as classes são menos agregados de indivíduos do que grupos sociais reais, identificados por sua história e por sua posição na organização da sociedade. 3 – Em Marx e Engels, existem textos que ora autorizam o uso generalizado de classe como categoria que pode ser utilizada para qualquer período histórico, e que ora autorizam a ideia de que o conceito "classe" aplicar-se-ia mais especificamente à sociedade capitalista. Em *O Manifesto Comunista*, por exemplo, Marx e Engels afirmam que "a história de todas as sociedades que até hoje existiram é a história da luta de classes". É assim que, na sua teoria geral da evolução das sociedades, Marx tende a destacar pares de classes antagônicas (escravos/senhores; servos/senhores feudais; proletários/burgueses; e assim por diante). Ao mesmo tempo, em alguns outros textos os fundadores do materialismo histórico admitem que a classe seria uma característica singularmente distintiva das sociedades capitalistas. Assim, em *A Ideologia Alemã*, afirma-se que "a própria classe é um produto da burguesia". Em *O 18 Brumário* (parte VII), Marx investe na ideia de que uma classe sempre se constrói por oposição a outra(s): "Na medida em que milhões de famílias vivem sob condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura das outras classes e as colocam em oposição hostil a estas outras classes, elas formam uma classe..."

4 – Acompanhando o raciocínio dicotômico, Gaetano Mosca (1896) também formula uma teoria das "classes governantes" e "classes governadas", como grupos que surgiriam a qualquer momento em uma sociedade primitiva. 5 – Considerando o pano de fundo do sistema econômico capitalista, Weber define a "condição de classe" de um indivíduo como determinada pelas oportunidades de vender bens e habilidades profissionais. 6 – Ao escrever de uma perspectiva anarquista, Jan Waclag Machasski (1904) enfatiza o aspecto das "classes culturais", chamando atenção para a importância da desigualdade educacional na perpetuação das desigualdades sociais e predizendo o risco da formação de uma futura classe formada por uma *intelligentsia* técnica, a classe dos detentores do conhecimento (ideia retomada mais tarde por Alvin Gouldner, 1979).

Classe-para-si. Conceito que aparece em *Miséria da Filosofia* (cap. II, 5), e que Marx trabalha em oposição ao de "classe-em-si". A ideia é a de que, na luta revolucionária, a massa do povo transforma-se em trabalhadores unidos que, já formando uma "classe-em-si" por oposição ao capital, acabam no próprio processo de luta desenvolvendo uma "consciência de classe", requisito para que se tornem uma "classe-em-si". No moderno pensamento marxista, alguns autores adotam esta oposição proposta por Marx e outros a rejeitam. Poulantzas (1974), por exemplo, rejeita a oposição entre "classe-em-si" e "classe-para-si".

Conceito. Formulação abstrata e geral, ou pelo menos passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais, para si mesmo e para outros. Habitualmente, os conceitos correspondem a noções gerais que definem classes de objetos e de fenômenos dados ou construídos, e que sintetizam o aspecto essencial ou as características existentes entre estes objetos. Um conceito bem formulado deve representar somente aqueles elementos que são absolutamente essenciais ao objeto ou fenômeno considerado, e portanto os elementos que são comuns a todas as coisas da mesma espécie, deixando de fora aspectos que são somente particularizadores de um objeto ou fenômeno considerado. Um conceito pode se referir a uma propriedade, a um processo ou a uma situação que abrange vários objetos. Do ponto de vista de sua natureza filosófica, todo conceito possui duas dimensões a serem consideradas: a "extensão" e a "compreensão" (ou "conteúdo"). Chama-se "extensão" de um conceito precisamente ao grau de sua abran-

um conceito ao esclarecimento das características que o constituem. À medida que um conceito adquire maior "extensão", perde em "compreensão".

Conceitos polares. Conceitos que adquirem a identidade através de uma oposição recíproca. Exemplos: ser/parecer; luz/escuridão; masculino/feminino.

Condicional. Qualquer proposição na forma "se *p*, então *q*".

Condicional contrafatual. Condicional apresentado na forma "se *p* tivesse acontecido, *q* teria acontecido".

Conjectura. Suposição ou proposição que é proposta sem a intenção de ser submetida a comprovação ou a um processo de demonstração. Difere, neste sentido, da hipótese – uma vez que esta é assumida como uma assunção provisória que se pretende submeter a um processo de demonstração que visará comprová-la, refutá-la, ou pelo menos demonstrar a sua natureza verossímil dentro de um determinado sistema

Constructo. 2 – Conceito* caracterizado por um nível mais elevado de abstração, que é conscientemente criado, elaborado ou adaptado para uma finalidade científica específica. Habitualmente, para a formação de um constructo utiliza-se de conceitos de menor abstração. Assim, o constructo "densidade" é formado a partir da relação (por divisão entre os valores numéricos envolvidos) de dois conceitos mais perceptíveis e mensuráveis, que são a "massa" e o "volume". 2 – Por outro lado, Mario Bunge formula uma definição mais ampla de "construto" associando-a à "criação mental". Nesta linha, haveria quatro tipos fundamentais de constructos: "conceitos", "proposições", "contextos" e "teorias".

***Corpus* documental**. Conjunto de fontes ou documentos constituído pelo historiador para a realização do seu trabalho de análise histórica, de compreensão de uma determinada sociedade do passado através de um certo problema, ou de comprovação de informações que deverão constar da sua síntese histórica.

Crítica externa. Exame de fontes ou de documentos históricos com vistas a verificar a sua autenticidade.

Crítica interna. 1 – Exame do conteúdo de uma fonte histórica, com a finalidade de verificar se apresenta ou não coerência de informações com relação a um determinado fato ou questão histórica. 2 – Análise do conteúdo de uma fonte histórica, utilizando técnicas diversas e

Culturalismo. Linha teórica que parte da ideia de que a estrutura da personalidade é estreitamente dependente da cultura característica da sociedade particular que a contextualiza – definindo-se "cultura", neste caso, como o sistema de valores fundamentais de uma sociedade. Para o culturalista Kardiner, o "eu" seria uma espécie de "precipitado cultural". O culturalismo, desta maneira, pressupõe que os valores e outros elementos do sistema cultural são plenamente interiorizados pelo indivíduo, vindo a constituir uma espécie de programa que passaria então a regular mecanicamente o seu comportamento. Neste sentido, a cada "valor cultural" corresponderia uma "necessidade individual" por ele gerada [referências: (1) A. KARDINER, *The individual and his society* (1939). (2) D.C. McCLELAND, *The achieving society* (1961)].

D

Dedução. Método de raciocínio em que se parte de uma ou mais afirmações gerais e tenta-se chegar a um caso particular, ou então à explicitação uma particularidade que já estava implicada nas afirmações genéricas. Frequentemente, o argumento dedutivo parte de duas premissas inter-relacionadas: quando estas duas premissas são verdadeiras, a conclusão deverá ser também verdadeira. Por exemplo: todas as estrelas possuem luz própria; o sol é uma estrela; logo, o sol possui luz própria. O raciocínio dedutivo opõe-se ao raciocínio indutivo, que parte de um caso particular ou de vários casos particulares e tenta alcançar a partir daí uma conclusão mais geral ou de maior alcance. Por exemplo: o sol possui luz própria; milhares de outras estrelas já observadas possuem luz própria; logo, todas as estrelas possuem luz própria. Estes dois modelos de raciocínio – o dedutivo e o indutivo – têm constituído na tradição ocidental a base do pensamento filosófico e científico

Definição. Operação da comunicação humana que consiste em explicar um termo a partir de uma sequência de palavras que deem conta de esclarecer as características essenciais daquilo que se quer definir (ou, se não com palavras, através de outros recursos de comunicação, como ocorre na chamada *definição ostensiva**). Assim, já para Aristóteles a definição correspondia à fórmula que deveria exprimir a essência de uma coisa. Na argumentação filosófica, a definição de um conceito* tem a função de esclarecer e tornar reconhecíveis as suas características específicas (ou, mais especificamente, a definição consiste em determinar a "compreensão" que caracteriza um conceito).

Definição ostensiva. Definição na qual se limita a mostrar o que é intencionado. Assim, pode-se definir ostensivamente uma determinada tonalidade de cor exibindo um exemplo (um objeto com a cor que se pretende definir).

Definição nominal. Definição obtida através da descrição de propriedades suficientes para que se possa distinguir o objeto ou a espéeie de objetos referidos (uma espécie animal ou uma substância química, por exemplo), de outras espécies de objetos. Por exemplo, a definição da "água" como um líquido incolor, necessário e adequado para o organismo humano ingerir e também com ela ser hidratado.

Definição real. Definição que procura se referir à estrutura interna ou à essência do que se quer definir. Por exemplo, a definição de "água" a partir de seus componentes químicos, como sendo a substância representada pela fórmula H_2O.

Definição verbal. Definição de uma ou mais palavras através de outras. Às vezes, esta espécie de definição confunde-se com a definição nominal*.

Diacrônico. Conceito que se coloca por oposição a "sincrônico". Com diacrônico, referimo-nos a eventos ou a um processo que se sucede no tempo, ou a situações que correspondem a momentos distintos. Com sincrônico, referimo-nos a situações que ocorrem simultaneamente.

Dialético. Na acepção de Hegel, e depois de Marx, a dialética corresponde a uma "lógica do conflito". Os contrários constituem verso e anverso de uma mesma realidade, na qual desempenham uma ação recíproca: ao mesmo tempo em que se antagonizam, os contrários se identificam, e a sua relação produz movimento e transformação. A palavra "dialético" também pode referir-se a diálogo e a "interação recíproca" de elementos que, na sua relação, transformam-se mutuamente.

Dialógico. Que se coloca em diálogo ou em interação. Na análise textual, o dialogismo corresponde a uma abordagem que encara o texto na sua rede de interação com outros textos e contextos. Também pode se referir à existência de várias vozes no interior de um mesmo texto. O conceito de "dialógico" coloca-se por oposição ao de "monológico".

Difusão. Propagação de conhecimento ou de traços culturais entre os indivíduos ou grupos de uma mesma sociedade, ou então entre duas so-

E

Ecologia. Ciência que estuda as relações entre o organismo vivo e o seu meio. Por extensão, correntes sociológicas como a da "ecologia urbana", preconizada pela célebre Escola de Chicago, redefiniram um novo campo, o da "Ecologia Humana", como o do "estudo da interdependência entre as instituições e os grupos humanos no espaço". De acordo com D. Pierson, "a ecologia humana interessa-se pela formação e pela desintegração de comunidades; ou, dito de outra forma, pelo processo de competição e pelas relações simbióticas que esta competição desenvolve e modifica..." Conforme se vê, este modo de avaliar as relações humanas incorpora algumas contribuições das teorias de Darwin, adaptando-as para a sociologia.

Empírico. Termo relacionado à observação de uma realidade externa ao indivíduo, ou mais especificamente relacionado à experiência.

Empirismo. Conhecimento do verdadeiro a partir da experiência (em oposição ao "racionalismo", que seria o conhecimento baseado na razão). Também se refere a correntes científicas ou filosóficas que só admitem o conhecimento adquirido a partir da experiência direta da realidade.

Epistemologia. Teoria do conhecimento. Corresponde ao campo da reflexão humana que tem como algumas de suas questões centrais "a origem do conhecimento", "as relações entre o conhecimento e a verdade ou a certeza", as formas de conhecimento", as sucessivas mudanças nos paradigmas científicos, e tudo o mais que concerne ao conhecimento humano tomado como objeto de reflexão crítica.

Epistemológico (corte). Ruptura entre dois paradigmas ou entre duas orientações de pensamento produtoras de conhecimento. Opõe-se à ideia de continuidade ou de transformação gradual de um paradigma em outro.

Escola dos Annales. Escola historiográfica francesa fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, que encontrou seu veículo máximo de expressão na *Revista dos Annales* editada a partir de 1929. Os primeiros historiadores dos *Annales* são vistos como responsáveis por uma nova concepção historiográfica, pela ampliação da noção de "fonte histórica", pela valorização de uma "história estrutural" em oposição à "história factual", por uma prática interdisciplinar e por uma série de outras contribuições. Da geração seguinte à de Bloch e Febvre destaca-

poralidade ao propor análises históricas que buscariam operar simultaneamente em três registros ou leituras diferentes do tempo: a "longa", a "média" e a "curta" durações. Para o período posterior, alguns autores referem-se a uma "terceira geração dos *Annales*" (Peter Burke, 1989) contando-se aqui com historiadores como Georges Duby e Jacques Le Goff. Outros autores, contudo, enxergam uma espécie de solução de continuidade entre esta geração que compõe a chamada *Novelle Histoire* e os historiadores dos *Annales* até a época de Braudel. Os primeiros teriam buscado a "totalidade histórica", enquánto que os segundos teriam encontrado a "fragmentação" da História em múltiplos domínios e abordagens particulares (François Dosse, em obra polêmica, refere-se a uma "História em Migalhas"). Existem ainda historiadores marxistas que podem ser associados aos *Annales*, como Michel Vovelle.

Escola de Chicago. Escola sociológica americana surgida em Chicago, na década de 1920, que encarava a cidade como "o *habitat* natural do homem". Desenvolvendo um campo específico de estudos que denominaram "ecologia urbana" (campo específico dentro da Ecologia Humana), os principais mentores desta escola procuraram adaptar algumas perspectivas da ecologia e da biologia para o estudo das formações urbanas. A obra-mestra do grupo foi o livro *A Cidade* (1925), contando com estudos de E.W. Burgess, E. Park, E.R.D. Mckenzie, Louis Wirth, entre outros autores.

Escola de Frankfurt. Vertente do marxismo surgida em Frankfurt na década de 1920, que propunha um marxismo "aberto e crítico". A esta vertente do materialismo histórico associa-se a expressão "Teoria Crítica", cunhada pelos seus idealizadores. A Escola de Frankfurt nasce de uma crítica ao stalinismo. Reconhecendo que, na sua versão stalinista, o marxismo havia se tornado uma ideologia repressiva, e que portanto nem sempre um posicionamento dentro do materialismo histórico conduz *necessariamente* à verdade ou à melhor possibilidade em termos políticos, os filósofos de Frankfurt procuraram empreender uma crítica do marxismo de seu tempo. Em primeiro lugar, opuseram-se à interpretação linear do "determinismo", que consideravam um aspecto "positivista" presente em certos setores do pensamento marxista. Assim, embora sem abandonar o materialismo histórico, a Escola de Frankfurt questionou as concepções que susten-

mento da História. Ao mesmo tempo, a contribuição de Marx passava a ser vista como uma base necessária mas não suficiente para a compreensão da sociedade contemporânea, para a qual os frankfurtianos esperavam se aproveitar também das contribuições de autores como Weber e Freud. Uma das preocupações desta escola era investigar como os interesses, conflitos e contradições sociais expressavam-se no pensamento e no discurso, e também como se reproduzem os sistemas de dominação. A Escola de Frankfurt pode ser desdobrada em duas tendências principais. A primeira esteve associada à fundação do *Instituto de Pesquisa Social* em Frankfurt (1923), contando com Max Horkheimer, Theodor Adorno, Erich Fromm, Herbert Marcuse, Leo Lowenthal e Walther Benjamin. A segunda vertente é mais especificamente assinalada pelas obras de Jürgen Habermas.

Escola Inglesa (dentro do marxismo). Grupo de historiadores marxistas atuantes na segunda metade do século XX que revelam uma especial preocupação com a História Cultural, e que foram responsáveis por uma proposta moderna e flexibilizadora do materialismo histórico, trabalhando dentro de uma abordagem interdisciplinar e ocupando-se de novos objetos que até então eram pouco estudados pelas correntes mais tradicionais do marxismo. Seus nomes mais importantes são Raymond Williams, Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Ronald Hilton, Gordon Childe e Christhoper Hill.

Estratificação Social. Conceito que remete a agregados de indivíduos determinados por nível semelhante de educação, renda ou outras características relativas à desigualdade social. Enquanto a "classe", no seu sentido mais restrito, enfatiza a relação entre grupos sociais, a "estratificação social" remete mais propriamente a uma topografia social.

Estrutura. No sentido mais estrito e matemático, corresponde a um conjunto arbitrário de elementos dotados de uma ou mais relações, operações ou funções. Nas ciências humanas, esta expressão adequou-se a sentidos diversos, desde alguns dos conceitos formulados pelo próprio Materialismo Histórico* (infraestrutura* e superestrutura*) até os usos desta noção pelas correntes que compõem o chamado Estruturalismo*, passando ainda por apropriações diversas como na chamada "história estrutural" proposta pela *Escola dos Annales**.

Estrutural (História). Tendência ou proposta historiográfica que passa a predominar ao longo do século XX, em oposição à chamada Histó-

Com Braudel, a História Estrutural passa a incorporar o conceito de "longa duração", correspondente a um período longo onde o historiador pode perceber determinadas "permanências".

Estruturalismo. Correntes teóricas do tipo que enfatizam ou privilegiam as investigações sincrônicas*, com o objetivo de descobrir as características estruturais ou universais da sociedade humana e, mais remotamente, que buscam relacionar estas características às estruturas universais da mente humana. Vários são os autores estruturalistas, representativos das mais variadas correntes. Um dos pioneiros do pensamento estruturalista foi Saussure, ao formular uma abordagem da Linguística onde a língua se apresenta como um sistema estruturado. Esta linha foi mais tarde desenvolvida em outras direções pelo campo do conhecimento que passou a ser chamado de Semiótica*, através de autores como Roland Barthes. Também se apoiando no caminho aberto por Saussure e aplicando-o ao estudo dos mitos, Lévi-Strauss apresenta-se como o grande nome associado à antropologia estrutural. Já Althusser e Balibar teriam investido em um marxismo estruturalista ao buscar enxergar as "formações sociais" como combinações estruturadas de elementos simples. No campo da Psicanálise, a contribuição estruturalista é encaminhada por Lacan, que propõe a ideia de que "o inconsciente é estruturado como a língua". Por outro lado, ao interpretar a História das Ciências como uma grande sequência de transformações estruturais (ou de substituições de "epistemes dominantes"), o Foucault de *As palavras e as coisas* tem sido também tachado de estruturalista, embora o próprio autor rejeite este rótulo.

Existencialismo. Corrente filosófica para a qual, em um universo absurdo que não apresenta nenhuma finalidade ou sentido intrínseco, cada ser humano estaria colocado diante da liberdade ilimitada de escolha, devendo assumir total responsabilidade pelos seus atos. É neste sentido que Jean-Paul Sartre, um dos principais expoentes do Existencialismo Francês, afirmou que "o homem está condenado a ser livre". A ideia de liberdade diante de sua existência – que para muitos espíritos pode implicar no desespero de não ter mais uma doutrina, uma convenção ou uma crença na qual se apoiar – implica ainda na ideia de que cada experiência humana deve produzir o seu próprio sentido. Daí a célebre frase de Sartre, segundo a qual "a existência precede a essência".

Experimento. Situação criada artificialmente em laboratório – ou mes-

com a finalidade de observar, sob controle, a relação que existe entre determinados fenômenos. Da mesma forma, pode-se dizer que o experimento é uma operação científica que se realiza com a finalidade de se verificar hipóteses. Um tipo de experimento muito comum consiste em constituir dois grupos iguais ou semelhantes; um deles será denominado "grupo experimental", e o outro será chamado de "grupo de controle". A ideia é aplicar ao grupo experimental, ou dele subtrair, um elemento ou mais que constituem os "fatores experimentais", conservando-se o outro grupo sobre controle (sem alterações, ou aplicando sobre ele um "fator de controle"). Os resultados do experimento mostrarão se a adição ou subtração de um determinado fator interfere, e como interfere, no grupo examinado, permitindo que se chegue a uma conclusão por comparação com o grupo que permaneceu inalterado.

Explicação. No sentido mais amplo, processo verbalizado através do qual se procura dar conta de um fenômeno complexo, decifrando os processos internos que o constituem e estabelecendo inter-relações do fenômeno com outros contextos e fenômenos que ajudam a compreendê-lo. Já na divisão entre "explicação" e "compreensão" proposta por Dilthey, a "explicação" implicaria em preocupação com as causas, enquanto a "compreensão" implicaria em preocupação com o sentido.

F

Fato. Resultado de uma ação; acontecimento; dado da realidade empírica.

Fenômeno. Do grego: "aquilo que aparece". Conforme esta etimologia, fenômeno comporta os seguintes desdobramentos de sentido: 1 – aquilo pelo qual a verdade se manifesta, ou o caminho para o verdadeiro; 2 – o que é ao mesmo tempo aparente e evidente; 3 – aquilo que encobre a verdade, ou o falso ser. No sentido mais amplo proposto pela ciência, a expressão estará associada "ao que acontece", e que cabe ao cientista examinar.

Fenomenologia. Postura filosófica que prioriza a consciência humana e sua experiência direta no mundo, ao invés das abstrações mentais. A expressão estaria em relação direta com as colocações de Edmund Husserl (1859-1938), que tratava a fenomenologia como um campo do pensamento filosófico que buscava estabelecer um "discurso sobre os fenômenos" e que propunha um "retorno às coisas mesmas" (isto é, um retorno aos fenômenos, àquilo que aparece à consciência e que se

dá como seu objeto intencional). Neste último sentido, ao afirmar que os fenômenos do "mundo vivido" devem guiar a reflexão filosófica, Husserl se opõe a correntes filosóficas que compreendem a realidade como construção do intelecto, embora também se oponha ao empirismo puro. Para Husserl, o intelecto não constrói a realidade, mas interage com esta. Em apoio a esta postura, o conceito de "intencionalidade" da consciência adquire uma importância fundamental (segundo Husserl, "toda consciência é consciência de algo"). Como desdobramento deste conceito, a relação entre o sujeito e o objeto é mais importante que cada um destes polos em separado. Sartre se valeu desta noção, adaptando-a para o Existencialismo, encarando a "intencionalidade" como a "vontade humana criativa em um universo absurdo". Esta mesma posição aparece em Heidegger (1889-1976), que denominava sua filosofia de "fenomenologia existencial" – o que o torna um dos inspiradores do Existencialismo*. Por outra parte, Merleau-Ponty também se apropriou do conceito de "intencionalidade", ao encarar o mundo como uma multiplicidade interativa de intenções. Na sociologia, a incorporação da atitude fenomenológica esteve a cargo de Alfred Schutz.

Figuração Social. Conceito utilizado por Norbert Elias em algumas de suas obras, a começar por *O processo civilizador*, consoante as quais as "figurações sociais" remetem a diferentes modalidades de inter-relacionamentos humanos concretizadas nas *formações sociais* específicas. Em *Introdução à Sociologia*, Elias acrescenta que "uma *figuração* é uma formação social cujo tamanho pode ser muito variável (os jogadores de um jogo de cartas, a tertúlia de um café, uma turma de alunos de uma escola, uma cidade, uma nação), em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões".

Fonte Histórica. Os vários registros e resíduos da atividade humana e que abrangem desde textos de vários tipos até fontes iconográficas, objetos da cultura material, registros de história oral, ou o que quer que permita um acesso a sociedades menos ou mais remotas. Esta abrangência da noção de fonte histórica ocorre mais significativamente no século XX, quando os historiadores superam cada vez mais a utilização exclusiva de documentos e crônicas oficiais e passam a se valer de registros os mais diversos do pensamento e da ação humana para compreender as sociedades do passado. Contribuíram para esta nova

Forças produtivas. Na teoria do materialismo histórico, abrange os meios de produção e a força de trabalho. Desta forma, o desenvolvimento das forças produtivas corresponde a desenvolvimentos históricos como: (1) desenvolvimento de maquinaria ou de tecnologia; (2) modificações nos modos e processos de trabalho; (3) descoberta ou exploração de novas matérias-primas e meios de energia; (4) desenvolvimento de habilidades nos grupos humanos que constituem as forças produtivas (por exemplo, educação do proletariado, desenvolvimento de consciência política, etc.). A superação de um modo de produção dever-se-ia às contradições entre as *forças produtivas* e as *relações de produção** (sendo estas últimas constituídas pela propriedade das forças produtivas). De acordo com Marx, até certo momento as forças produtivas condicionam as relações de produção. Porém o desenvolvimento das forças produtivas levaria a uma contradição crescente em relação às relações de produção, que a partir de certo momento passariam a ser obstáculos à sua expansão. A intensificação desta contradição levaria a uma crise ou colapso no modo de produção e de sua estrutura, que por isto tenderia a ser superado através de uma revolução instauradora de um novo modo de produção, mais adequado ao novo quadro de desenvolvimento das forças produtivas. É controvérsia posterior a Marx se o primado das transformações sociais está realmente a cargo das forças produtivas ou das relações de produção.

Formação social. A expressão pode implicar em dois âmbitos distintos: (1) tipos de sociedade (feudal, capitalista, etc.) ou (2) sociedades específicas (França do século XVIII, Brasil Colonial, sociedade dos índios ianomami, etc.). Na obra de Marx, por exemplo, a expressão aparece mais frequentemente como sinônimo de sociedade (como no "Prefácio" à "Crítica da Economia Política" de 1859).

Função. Noção que chegou às ciências humanas por empréstimo da linguagem da biologia (exemplo: função glicogênica do fígado), ou da linguagem administrativa (função diretiva, etc.).

Funcionalismo. Linha teórica que, nas ciências humanas, encara a sociedade como uma estrutura complexa de grupos sociais – em uma permanente interação entre ações e reações – ou como um sistema integrado de instituições onde umas agem e reagem em relação às outras. O funcionalismo trabalha com a imagem de um organismo social que

dizer que os autores funcionalistas enfatizam a face consensual e harmoniosa da sociedade. Com relação às variedades de enfoques dentro do funcionalismo e ao seu desenvolvimento diacrônico, deve-se principiar por notar que a expressão "funcionalismo" teria surgido nos anos 30 do século XX, com Malinowski e Radcliffe-Brown, embora ambos enxergassem a sociedade de uma maneira diferenciada. Malinowski avaliava a ordem social em termos de satisfação das necessidades dos indivíduos – no que se refere à alimentação, proteção contra a agressão, à reprodução biológica ou ao acesso ao gozo sexual. Radcliffe-Brown tendia a avaliar a ordem social em termos de normatizações impostas aos indivíduos. Mais tarde, Talcott Parsons e Robert Merton trouxeram novos enfoques ao funcionalismo [ref.: Radcliffe-Brown, *Structure and function in primitive society*. Parsons, *The present position and prospects of systemathic theory in sociology* (1945). Merton, *Social theory and social structure* (1949)].

Fundamento. Proposição geral e simples de onde se deduz todo um conjunto de preceitos ou mesmo um sistema completo de pensamento. Por exemplo, um fundamento do Materialismo Histórico é o de que as condições de produção da vida material determinam, em última instância, todos os aspectos da vida social.

G

Grupo social. Subconjunto de uma comunidade humana em que seus membros são definidos por algum tipo de relação de equivalência, como uma ocupação similar, um nível cultural análogo, uma filiação à mesma Igreja, ou poder econômico semelhante. Neste caso, a "classe social" seria no seu sentido mais habitual um tipo de grupo social onde a relação de equivalência entre os indivíduos que nela se enquadram é dada por um semelhante poder econômico ou prerrogativas políticas similares.

H

Hipótese. Enunciado, em forma de sentença declarativa, que procura antecipar provisoriamente uma possível solução ou explicação para um problema – e que necessariamente deverá ser submetida a teste ou verificação em algum momento (podendo neste caso ser comprovada

um processo de deduções a partir de suas consequências, ao mesmo tempo em que seus desdobramentos e implicações podem buscar apoio na realidade empírica. Etimologicamente, "hipótese" significa "proposição subjacente" (*hipo* = embaixo; *thesis* = proposição). O principal papel da Hipótese é ajudar o intelecto a compreender mais facilmente os fatos, não apenas na atividade científica, mas na própria vida cotidiana – para isto contribuindo a potência inferencial* que deve apresentar toda hipótese. A esta função argumentativa vêm se juntar outras funções importantes, como a de guiar os vários passos de pesquisa, a de impor um recorte mais definido para o problema, a de propor antecipadamente soluções para o problema que se quer resolver (mesmo que estas soluções não sejam confirmadas) e a de criar generalizações coerentes a partir dos fatos percebidos na realidade.

Hipótese *ad hoc*. Hipótese adotada com a única finalidade de salvar uma teoria de dificuldades ou de refutação. Embora alguns metodólogos sejam refratários à utilização de "hipóteses *ad hoc*", que em alguns casos são realmente absurdas e se dispõem a salvar teorias refutadas pelas evidências, vale a pena considerar os textos de Imre Lakatos e de Paul Feyerabend sobre a utilidade e até necessidade deste tipo de hipóteses para o avanço do conhecimento científico. O último destes autores cita o caso de Galileu Galilei, que se teria valido em algumas ocasiões das hipóteses *ad hoc* para salvar suas novas teorias [ref.: Paul FEYERABEND. *Contra o Método*].

Hipótese analítica. Tipo de hipótese que estabelece relações entre duas ou mais variáveis, ou entre dois ou mais fatores. Neste tipo encontram-se as hipóteses que estabelecem apenas uma relação de associação entre os termos e as hipóteses que estabelecem uma relação de dependência entre duas ou mais variáveis. Dentro deste padrão de hipóteses, podem se enquadrar hipóteses de caráter universalizante, como por exemplo as hipóteses que buscam verificar como a mudança de um fator implicaria em mudanças em outro ("se a temperatura de um gás for aumentada, deixando-se que permaneça constante a sua pressão, seu volume aumentará necessariamente").

Hipótese descritiva. Tipo de hipótese que enuncia uma determinada situação, de maneira linear e sem estabelecer relações entre vários termos. Neste caso enquadra-se a "hipótese casuística", que declara que um determinado objeto ou um fato específico possui certa característica (por exemplo: "existe vida em Marte"). Também corresponde ao grupo de hipóteses descritivas aquelas que se referem a uma frequência de acontecimentos, ou que buscam estabelecer a existência de uniformidades empíricas. Também se encontram próximas a este tipo as hipóteses que, não apenas se limitando a descrever uniformidades empíricas, procuram relacionar determinadas uniformidades empíricas (por exemplo, a hipótese de Ernest Burgess de que a cidade realiza o seu processo de expansão em "círculos concêntricos".

Hipótese fenomenológica. Hipótese que se restringe à superfície dos fenômenos, ou que se referem ao funcionamento *externo* de um sistema, sem se preocuparem com os aspectos internos do seu funcionamento.

Hipótese representacional. Hipótese que procura explicar o funcionamento de um sistema, os processos que subjazem sob os fenômenos ou que especificam mecanismos.

Historicismo. Tendência histórica que surge no século XIX a partir da historiografia alemã, opondo-se por um lado à antiga visão universalizante da História trazida pelo Iluminismo francês do século XVIII, e por outro lado à tendência positivista que se desenvolve no próprio século XIX (esta que propõe uma identificação entre objetividade e História Científica). O ponto de partida do Historicismo é uma visão específica e particular da História (e não universalizante), considerando os fatos históricos como únicos e não-repetíveis. Contra uma história universal, válida para todos os povos, o historicismo propõe histórias nacionais e particulares. Seu interesse mais específico é a História Política, e uma de suas grandes contribuições foi o aprimoramento da crítica interna dos documentos históricos. Por outro lado, o Historicismo das primeiras décadas do século XIX ainda compartilha da crença do Positivismo em alcançar uma verdade única e absoluta (ainda que aplicada a estudos particularizadores). Ranke, por exemplo, via o trabalho historiográfico como inteiramente objetivo e não encarava o seu relato como uma expressão particular sua, mas como uma expressão dos fatos "tal como eles efetivamente se deram". Contudo, gradualmente o historicismo vai se libertando dos resíduos positivistas. A partir de 1870, historicistas como Droysen, Dilthey e Rickert já propunham a ideia de que o conhecimento objetivo do passado só se realiza através da experiência objetiva daqueles que realizam o seu estudo.

leção e na organização dos fatos que compõem o seu relato ou a sua análise histórica. Nestes termos, mina-se o mito da "neutralidade" positivista que era postulada para o cientista social, de forma análoga à que se esperava dos cientistas da natureza. O que mais tarde viria a ser criticado no Historicismo, principalmente pela Escola dos *Annales* no século XX e pelo campo dos historiadores marxistas, seria a sua não-superação de uma "história política" no sentido restrito, organizada como "história narrativa" que priorizaria o "eventual" (passando ao largo das possibilidades de uma história estrutural* e de um exame multidimensional do campo histórico (aspectos econômicos, culturais, sociais, para além do "político" no sentido mais restrito).

I

Ideia. 1 – Aquilo através do qual elaboramos os pensamentos (conforme Locke, "aquilo de que se ocupa a mente quando pensa"; e conforme Descartes, "aquilo que está na mente de qualquer ser pensante"). 2 – Conforme a Teoria das Formas de Platão, as ideias teriam uma existência objetiva e atemporal (Platão, *Timeu*). Dito de outra maneira, a ideia corresponderia à "forma de uma realidade". 3 – Mais do que criações independentes da mente individual, as ideias dependeriam das estruturas sociais e sobretudo das estruturas linguísticas.

Ideologia. Expressão que apresenta atualmente inúmeros sentidos em uso nas Ciências Humanas. Por outro lado, no início do século XIX, a Ideologia era considerada uma disciplina filosófica, cujo objeto era a análise das ideias e das sensações. Serão discutidos aqui apenas os conteúdos relativos à "ideologia" enquanto um conceito utilizado nas ciências sociais. A ideologia pode ser vista por exemplo como um conjunto de crenças ou de concepções referentes à sociedade, ao lugar do indivíduo na sociedade, à organização da comunidade e ao controle político da mesma. Pode ser associada ainda a uma classe ou grupo social específico, surgindo conceitos como "ideologia burguesa" ou "ideologia proletária". Conforme seja uma ideologia imposta, ou conscientemente ou por processos de difusão mediante o qual não se dão conta nem mesmo os seus principais interessados, pode-se falar em "ideologia dominante". Existem também os sentidos de ideologia associados à ideia de inversão ou falseamento da realidade. Na verdade, o conceito de ideologia, tributário de seus múltiplos desenvol-

e complexo, admitindo diversas acepções e possibilidades de emprego teórico. Por este motivo, é recomendável que seja utilizado somente depois de uma profunda reflexão relativa ao sentido que se lhe pretende emprestar.

Imaginário. Sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas. O conceito de "imaginário" parece ter sido pela primeira vez apropriado para a análise histórico-social por Cornelius Castoriadis em *A Instituição Imaginária da Sociedade* (1975). A partir daí, o conceito tem se mostrado polêmico nos campos da História e da Antropologia, merecendo definições diversificas das quais registraremos algumas. 1 – Conjunto de imagens não-gratuitas e das relações de imagens que constituem o capital consciente e pensado do ser humano (Gilbert Durand, *As Estruturas Antropológicas do Imaginário*). 2 – "Conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelo homem a partir, por um lado, das formas tanto quanto possível universais e invariantes e que derivam da sua inserção física e comportamental no mundo e, de outro, de formas geradas em contextos particulares historicamente determináveis" (Teixeira Coelho, *Dicionário Crítico de Política Cultural*). 3 – "Conjunto de representações que exorbitam do limite colocado pelas constatações da experiência e pelos encadeamentos dedutivos que estas autorizam" (Evelyne Patlagean, "A história do imaginário". In Le Goff, *A História Nova*). // Por outro lado, cumpre notar que a Psicanálise e a Filosofia já trabalham há mais tempo com o campo do imaginário. Vale lembrar os textos *L'Imagination* e *L'Imaginaire*, de Jean-Paul Sartre (1940), que abordam a questão do ponto de vista da fenomenologia e que se esforçam por descrever o "funcionamento específico da imaginação", distinguindo-o do comportamento mnésico ou do comportamento perceptivo. Da mesma forma, já desde 1938 Gaston Bachelard ocupou-se com uma série de obras sobre os sistemas de imagens (*Psychanalyse du feu*, de 1938; *L'Eau et les rêves*, de 1942; *L'Air et les songes*, de 1943; *La Terre et les réveries de la volunté* e *La Terre et les réveries du repos*, ambas de 1948). Na História, embora sem utilizar explicitamente o conceito de imaginário, deve-se citar a obra pioneira de Johanes Huizinga, que analisa simultaneamente imagens verbais e imagens visuais em *O Declínio da Idade Média* (1919). Mas é

uma historiografia do imaginário, com autores como Jacques Le Goff e Georges Duby [ref.: G. Duby, *As Três ordens e o imaginário do Feudalismo*; J. Le Goff, *O Imaginário Medieval*].

Inferência. Qualquer operação através da qual uma proposição, cuja verdade não é conhecida diretamente, é admitida em virtude de sua ligação com outras proposições já tidas por verdadeiras. A ligação entre a proposição original e a proposição inferida pode ser tal que esta última seja julgada "necessária" ou apenas "verossímil". A dedução e a indução são casos especiais de inferência.

Intencionalidade. Na fenomenologia da imagem, corresponde ao modo como a imaginação tende para os seus objetos.

Interdisciplinaridade. Diálogo ou combinação entre duas ou mais disciplinas para produzir conhecimento científico. A partir das últimas décadas do século XX, a questão da interdisciplinaridade tem ocupado um lugar de destaque na reflexão crítica sobre o conhecimento científico. É nesta linha de preocupações que, associado às reflexões pioneiras de Georges Gusdorf acerca da necessidade da interdisciplinaridade, Japiassu propõe superar o "regime de fragmentação e de pulverização do saber" que, segundo ele, é "ciosamente incentivado, pois serve para fortalecer as tiranias magistrais, permitindo ao especialista dividir para reinar" (ref.: Hilton JAPIASSU, *Interdisciplinaridade e patologia do saber*, 1976. p.94-95]. À parte a análise política da fragmentação do conhecimento, Japiassu considera a interdisciplinaridade como uma categoria ou metodologia científica de integração em disciplinas. De importância análoga é o texto "A Interdisciplinaridade" de Georges Gusdorf (publicado na *Revista de Ciências Humanas*, 1977). Gusdorf propõe nesta e em outras obras a construção de um saber abrangente e questionador através de um esforço epistemológico coletivo que supere as fronteiras entre as diversas disciplinas. "Em outras palavras, o pensamento interdisciplinar seria um pensamento que escala o pensamento disciplinado, tal como ele se afirma no contexto das disciplinas particulares" (*op.cit.* p.16). Por outro lado, Gusdorf alerta para o fato de que interdisciplinaridade não é mera bricolagem de conhecimentos. "A ciência do homem não se constrói enquanto cada especialista se contentar, inocentemente, em depositar sua pedra no amontoado. Quanto maior o amontoado, mais se crê sábio. Contudo, um amontoado não é um edifício" (p.19). Enfim, o que Gusdorf propõe é uma integração orgânica de distintas disciplinas, e não

Intertextualidade. Relacionamento dialógico entre dois textos. A questão da intertextualidade é complexa, uma vez que ela pode aparecer tanto no texto que o historiador se põe a analisar (as intertextualidades explícitas e implícitas inerentes à construção textual do documento estudado) como também na própria análise do historiador, que na sua leitura do documento estabelece intertextualidades em diversos níveis – seja colocando a fonte em diálogo com outras fontes, seja colocando a sua análise do texto em diálogo com as análises de outros autores. É por isso que Eliseo Verón escreve que "não se analisa jamais um texto: analisa-se pelo menos dois, quer se trate de um segundo texto escolhido explicitamente para a comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual, introduzido pelo analista, muitas vezes sem que ele o saiba" (Eliseo Verón. *A produção do sentido*. p.2).

J

Juízo. Proposição que estabelece uma relação entre conceitos.

Juízo categórico. Afirmação que não tem condição nem alternativa. Sua forma mais simplificada consiste na afirmação ou negação de um atributo relativo a um sujeito.

L

Lei. Na produção científica, a palavra "lei" costuma se referir a enunciados que buscam descrever regularidades ou normas. Desta forma, uma lei declara a existência de um padrão estável entre eventos, situações ou objetos. Deve-se considerar, ainda, que o campo ou universo de aplicação de uma lei é habitualmente limitado, abrangendo apenas uma determinada classe de fenômenos ou um determinado circuito de observação. Assim, as leis da mecânica clássica formuladas por Newton têm validade especificamente no âmbito intraplanetário, perdendo esta validade no espaço interestelar ou no âmbito intra-atômico.

Linha de Pesquisa. Noção acadêmica e institucional, referindo-se a um ou mais centros de interesses de pesquisa prioritários que a Instituição ou Universidade procura criar para trazer coerência ao trabalho de seus pesquisadores, docentes e programas de pós-graduação.

M

Materialismo. Noção que surge pela primeira vez com a filosofia grega,

às matrizes platônica e aristotélica a afirmação de que só existem a matéria e os corpos. Nos séculos XVII e XVIII, a partir da vertente iluminista da filosofia ocidental, surgem novas propostas materialistas, com filósofos que se opuseram ao espiritualismo cristão da época, por vezes identificado com o poder estabelecido. Estes filósofos basearam seus sistemas de pensamento na ideia de que só existe a Natureza, e de que esta é matéria. Já o materialismo proposto por Marx parte de uma mudança de enfoque. A matéria à qual ele se refere não corresponde aos corpos físicos e à Natureza, mas mais propriamente às relações sociais de produção econômica (o que o opõe, mais propriamente, ao idealismo hegeliano, para o qual as forças que movem a História estão na Ideia e na Consciência).

Materialismo dialético. Expressão empregada em algumas ocasiões como sinônima de materialismo histórico ou de marxismo, mas que, não obstante, comporta algumas nuances diferenciais. No sentido que a identifica sem maiores detalhes ao marxismo, foi empregada pela primeira vez por Lenin e Plekhanov. No sentido mais específico, a expressão deve ser empregada para designar partes da filosofia marxista que lidam com a teoria do conhecimento, a ontologia e a metafísica, mas excluindo a parte da filosofia social propriamente dita, que corresponderia mais especificamente ao "materialismo histórico".

Materialismo histórico. Expressão que designa a abordagem introduzida por Marx e Engels para a compreensão da História Humana e para a sua transformação. O materialismo orienta-se em torno de alguns pressupostos e perspectivas fundamentais: 1 – O desenvolvimento das sociedades humanas é dialético. 2 – O ponto de partida dos desenvolvimentos históricos é a base material da vida humana, daí decorrendo a sua organização social, cultural e política. O sistema fundamental a partir do qual toda sociedade gera a produção de sua vida material dando origem a tudo o mais é o que se denomina "modo de produção". 3 – A história da humanidade tem se apresentado sob a forma da "luta de classes", uma vez que qualquer organização social até hoje conhecida acaba gerando dentro de si a formação de divisões diversas, que a partir de determinado tipo de formações sociais corresponderiam às "classes sociais". As classes ou grupos sociais são expressões de necessidades geradas por um "modo de produção" específico. // Deve-se considerar ainda que o Materialismo Histórico foi

autores, de modo que hoje em dia podem ser encontradas diversas correntes a partir desta perspectiva de análise histórico-social.

Método. (1) Caminho através do qual se pretende atingir determinados resultados. (2) Conjunto de procedimentos que são sistematizados com vistas a resolver um problema. Na pesquisa científica, o método implica em escolhas de técnicas e de alternativas para encaminhar a ação com vistas à solução de determinado problema. "Método" também pode se referir a uma determinada maneira de conduzir a argumentação ou de encaminhar um exame da realidade (a pesquisa científica conhece basicamente dois métodos de raciocínio fundamentais: a indução* e a dedução*). No que se refere aos aspectos mais amplos do enfrentamento de um problema, o conhecimento científico é basicamente constituído pelos métodos da observação* e da experimentação*. No sentido restrito, "método" está associado a abordagens mais específicas, o que inclui as diversas técnicas para o encaminhamento da observação, da experimentação e da análise de resultados obtidos em um processo de pesquisa.

Método dedutivo. Método de encaminhamento de raciocínio que parte de formulações mais gerais para chegar a formulações mais específicas, ou para explicitar as consequências necessárias da afirmação inicial proposta.

Método experimental. Método ou dimensão metodológica da investigação científica que se funda na experimentação*, compondo com a observação* a base da prática científica no Ocidente.

Método indutivo. Método de encaminhamento de raciocínio que parte de formulações mais específicas para chegar a formulações mais gerais, ou que busca conectar informações empíricas para daí extrair uma formulação geral que as abarque ou que justifique os aspectos empiricamente observados. Ver indução*.

Micro-História. Perspectiva historiográfica surgida na Itália a partir das últimas décadas do século XX, e que propõe ao historiador uma redução na sua escala de observação, permitindo-o enxergar aspectos que passariam desapercebidos ao historiador tradicional. A mudança de perspectiva e de escala de observação na Micro-História não significa necessariamente examinar uma realidade extremamente recortada no aspecto espacial ou temporal (como ocorre nos estudos de caso da História Regional). O aspecto microssocial examinado pode

ser uma determinada dimensão da realidade, a trajetória de determinados atores sociais, uma vida, um padrão muito específico de discursos, uma prática, um pequeno núcleo de representações. Não se trata necessariamente de escolher um universo limitado como uma vizinhança ou uma aldeia, embora isto também possa ocorrer. Um aspecto importante a perceber, nestes últimos casos, é que a Micro-História não estuda propriamente *a* aldeia, mas *através* da aldeia. Habitualmente o objetivo da Micro-História, ao estudar realidades ou aspectos da realidade microlocalizados, é perceber algo da realidade mais ampla que não poderia ser percebido através da perspectiva da Macro-História tradicional. Metaforicamente, pode-se dizer que se trata de uma opção pelo microscópio ao invés do telescópio. Ainda utilizando uma metáfora, pode-se dizer que – dependendo do seu objeto de estudo – alguns micro-historiadores procuram "compreender o oceano inteiro a partir de uma gota d'água". Para encaminhar a sua prática historiográfica calcada em uma escala reduzida e intensiva de observação, a Micro-História procura dar uma atenção ao particular, ao detalhe, aos indícios reveladores. Da mesma forma, um dos caminhos abertos pela perspectiva da Micro-História reabilita a possibilidade historiográfica de examinar a trajetória dos indivíduos (não necessariamente os indivíduos célebres, mas também os indivíduos comuns), buscando nestes casos reconhecer um espaço de liberdade dos atores sociais dentro dos sistemas prescritivos e repressores, bem como as estratégias e margens de manobras utilizadas por estes atores para conciliar os imperativos do sistema com os interesses específicos que coexistem dentro dele. De um modo geral, a Micro-História leva a rejeitar as grandes generalizações processuais no que elas têm de demasiado redutoras, propondo-se em contrapartida um enfoque na complexidade e na pluralidade. Do ponto de vista metodológico, a proposta dos micro-historiadores volta-se para um estudo intensivo do material documental, de modo a não deixar escapar nem mesmo os indícios e pormenores, já que eles podem ser sintomas reveladores de uma realidade social mais ampla. Entre alguns dos micro-historiadores em maior evidência nas últimas décadas do século XX estão Carlo Ginzburg e Giovanni Levi [ref.: *Jogos de Escalas – A experiência da microanálise*, livro organizado por Jacques Revel (1999) que reúne textos de vários autores e simpatizantes do movimento, trazendo inclusive uma diversidade de posicionamentos no interior da própria Micro-História

Modelo. Representação idealizada de uma classe de objetos reais.

Modo de produção. Conceito fundamental do "materialismo histórico", correspondendo à maneira como uma determinada sociedade produz as condições para a sua sobrevivência, perpetuação e desenvolvimento, ao transformar os materiais à sua disposição através de "forças produtivas" e ao estabelecer, para tal fim, determinadas "relações de produção" que estão na base da origem das "classes sociais" e outras divisões no interior do grupo humano considerado. O Modo de Produção corresponderia à estrutura fundamental que dá origem a toda organização social e implicaria em diferentes formas de propriedade dos meios de produção e de relações com as forças produtivas. Um texto significativo de Karl Marx que expõe esta perspectiva pode ser encontrado em *Contribuição à Crítica da Economia Política*: "O conjunto das relações de produção (que corresponde ao grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais) constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de reprodução da vida material determina o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu *ser social* que, inversamente, determina sua consciência".

N

Neopositivismo. Diz-se de certas correntes de pensamento do século XX que recuperam alguns preceitos do positivismo* do século XIX, embora os adaptando a abordagens mais modernas.

O

Observação. Procedimento científico que consiste em ir até o fenômeno a ser examinado, com ou sem instrumentos de intermediação. Neste caso, não ocorre interferência na realidade, como no caso da "experimentação".

Organicismo. Tipo de abordagens dos estudos sociais segundo o qual as sociedades comportam-se como organismos análogos aos indivíduos ou seres vivos, obedecendo portanto a leis similares às que regem a Biologia. Entre alguns de seus representantes podem ser citados

P

Paradigma. 1 – Modelo de pensamento, ação ou comportamento a ser seguido, ou que é aceito consensualmente durante determinado período por um grupo social ou humano específico. Como desdobramentos deste campo de sentidos, "paradigma" pode indicar tanto (a) uma "matriz disciplinar" ou um "padrão" dominante, como (b) um "exemplar concreto" ou "exemplo arquetípico ideal" a ser imitado. 2 – Na teoria da ciência, "paradigma" corresponde habitualmente a um conjunto de formulações teóricas que servem para legitimar problemas e métodos dentro de um determinado campo do conhecimento, norteando o pensamento de gerações de pesquisadores durante um determinado período de tempo (conforme proposição de Thomas Kuhn, 1962). Como exemplos, podem ser citados a Filosofia de Aristóteles, que funcionou como o paradigma predominante durante a escolástica medieval, e a Física Newtoniana até o advento dos novos paradigmas da ciência moderna, como a Física Quântica ou a Teoria da Relatividade de Einstein. 3 – Pode-se ressaltar ainda que, mesmo em Kuhn, o conceito de "paradigma" oscila entre os dois significados expostos em nossa primeira definição ("matriz" e "exemplar"). Assim, é o próprio Thomas Kuhn quem distingue dois significados principais para "paradigma", em um pós-escrito de 1970 para a *Estrutura das revoluções científicas*: 1: "constelação inteira de crenças, valores e técnicas compartilhados pelos membros de uma determinada comunidade" (paradigma no sentido de "matriz") e 2: "uma espécie de elemento desta constelação, as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal" (paradigma no sentido de "exemplar"). 4 – Com relação ao primeiro sentido (paradigma científico como "matriz"), Thomas Kuhn sustenta a ideia de que o conhecimento científico se desenvolve não por incremento ou enriquecimento de um único paradigma, mas por substituições sucessivas de paradigmas. Neste sentido, admitindo-se que toda teoria gera as suas anomalias e casos excepcionais, haveria um momento em que se acumulam determinadas exceções à regra e em que a teoria vai perdendo a sua capacidade de superá-las. É neste momento que as teorias concorrentes ganham estatura, e em decorrência deste processo pode advir a substituição de um paradigma cien-

certas necessidades geradas pela realidade empírica. 5 – De certo modo, a noção de "episteme" introduzida por Foucault em sua análise social da História das Ciências (ou também dos sistemas repressivos) é compatível com a ideia de "mudança de paradigmas" formulada por Thomas Kuhn. A "episteme" corresponderia a um "sistema de discursos socialmente definido", e em certos momentos históricos ocorreria a mudança de uma "episteme dominante" para outra [ref.: T. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas*; M. Foucault, *As palavras e as coisas*].

Pesquisa experimental. Investigação empírica na qual o pesquisador manipula ou controla de forma sistemática uma ou mais variáveis independentes e observa as variações decorrentes deste controle sobre as variáveis dependentes.

Pesquisa *ex post facto*. Investigação empírica na qual o pesquisador observa ou analisa fenômenos que já ocorreram, ou então fenômenos que estão ocorrendo mas que por sua natureza não são manipuláveis e não permitem, por conseguinte, um tratamento experimental do tipo em que o pesquisador exerce alguma forma de controle sobre as variáveis dependentes.

População. Uma totalidade de indivíduos ou grupo de objetos que possuem uma ou mais características em comum.

Poder. 1 – Capacidade de contribuir para resultados que afetem um outro indivíduo, um ou mais setores da sociedade, ou até mesmo a sociedade inteira. 2 – Mecanismos sociais que se voltam para a disciplina dos indivíduos, modelando seus discursos, seus desejos e até mesmo a sua própria subjetividade (Michel Foucault). 3 – "Poder é a produção de efeitos pretendidos" (Bertrand Russel, 1938).

Positivismo. Corrente de pensamento que, nos séculos XVIII e XIX, partiu de propostas de equiparação de aspectos e métodos utilizados nas ciências humanas com aspectos e métodos utilizados nas ciências exatas. Postulava-se, por exemplo, que a objetividade científica era similar nas ciências humanas e nas ciências naturais ou exatas. Outra ideia comum era a da "neutralidade" que o cientista social deveria assumir diante do seu objeto de estudo. As principais correntes positivistas colocavam-se como empiristas, no sentido de que o cientista social só deveria trabalhar com dados apreensíveis na realidade concreta, rejeitando qualquer pensamento especulativo. Por outro lado, no seu es-

força de equiparação das ciências humanas às ciências naturais e exatas, os positivistas buscavam leis que explicassem o desenvolvimento das sociedades, à semelhança de leis que regem os fatos naturais. // Na historiografia ocidental, o rótulo "positivista" adquire modernamente um sentido que é com frequência pejorativo, estando neste caso associado à historiografia meramente factual (similar àquela que, em boa parte, se produzia no século XIX).

Postulado. Proposição que se pede ao interlocutor que a aceite como princípio para iniciar ou dar sequência a um processo de raciocínio, embora não seja nem uma proposição suficientemente evidente para que seja impossível colocá-la em dúvida (axioma*), nem seja possível validá-lo através de uma operação que não seria passível de ser contestada (como a demonstração de uma hipótese*). Desta forma, o postulado coloca-se como qualquer princípio de um sistema dedutivo que, inteiramente dependente do assentimento do interlocutor, não é nem uma definição*, nem uma assunção provisória (hipótese), nem uma proposição evidente por si própria (axioma).

Potência inferencial. Capacidade apresentada por uma hipótese de dar origem a novas proposições, produzindo-se com isto uma série articulada de enunciados que constituem o método "dedutivo" de raciocínio e argumentação.

Praxis. 1 – Expressão utilizada desde a época de Aristóteles, para quem as três atividades humanas fundamentais seriam a *Praxis*, a *Theoria* e a *Poiêsis* (criação artística). No sentido empregado por Aristóteles, a *praxis* estaria relacionada com a ação voluntária que busca alcançar objetivos. 2 – Com Karl Marx, a *praxis* passa a se associar ao ideal de transformar o mundo através da atividade revolucionária. Assim, na primeira das *Teses contra Feuerbach* Marx define a *praxis* como atividade prático-crítica, e a partir daí este conceito passaria a representar a unificação entre a "interpretação" e a "modificação" do mundo. 3 – Acompanhando o sentido celebrizado por Karl Marx, Lukács acrescentou a definição da *praxis* como "eliminação da indiferença da forma em relação ao conteúdo". 4 – Em um sentido mais amplo, mas também sintonizado com a definição marxista, pode-se ainda dizer que "o conceito de *praxis* exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social" (Gustavo Gozzi, "Praxis", *Dicionário de Política* de Norberto

Premissa. Proposição da qual se infere uma outra proposição (ver inferência*).

Pressuposto. Afirmação aceita sem contestação e não investigada no âmbito de uma pesquisa à qual se aplica.

Princípio. Proposição que fundamenta um processo de dedução ou um sistema teórico, não sendo deduzida de nenhuma outra proposição no sistema considerado e funcionando como proposição diretiva à qual, em sintonia com outros princípios, todo desenvolvimento ulterior deve ser subordinado.

Problema. Questão proposta para que se lhe dê solução. 1 – O chamado "problema científico", do tipo que aparece nos projetos e textos em modelo de tese, coincidem com um determinado padrão que, em alguns casos, os distinguem dos "problemas" da vida cotidiana e também dos "problemas filosóficos". Em primeiro lugar, o problema científico deve ter uma natureza indagadora. Não precisa necessariamente ser formulado como pergunta, mas deve pelo menos conter uma pergunta dentro de si. Em segundo lugar, deve apresentar clareza e precisão – o que implica em um recorte muito específico dentro do qual ele encontrará os seus limites. Não é propriamente um problema historiográfico indagar qual é "a natureza ou essência das revoluções" (embora este seja certamente um "problema filosófico" interessante. Mas é um problema histórico corretamente delimitado indagar quais os "fatores econômicos que contribuíram para a eclosão da Revolução Francesa". Este exemplo ilustra também uma característica que deve aparecer no "problema científico": ele deve conter uma dimensão empírica, referindo-se a uma realidade concreta e passível de ser investigada. Já o "problema filosófico" não precisa apresentar necessariamente esta dimensão empírica, podendo ficar no âmbito especulativo, e mesmo ser o ponto de partida para uma reflexão acerca de "valores" (como por exemplo os problemas de natureza ética). Já os problemas científicos, inclusive no âmbito das ciências humanas, devem se afastar tanto quanto possível dos valores e trabalhar com noções que tenham uma base empírica (não a "comunidade católica mais religiosa", mas a "comunidade em que se detecta uma maior frequência aos cultos religiosos dominicais". 2 – Em um projeto ou em um texto no modelo de tese, o problema central pode ser compreendido como uma indagação que atravessa o tema, recortando ou direcionando a sua elaboração. Neste sentido, o problema mostra-se como

ráter questionador ao estudo ao invés de deixar que ele se desenvolva como um trabalho meramente descritivo. Um determinado recorte temático pode se abrir, por outro lado, para alguns problemas fundamentais (e não somente um) que podem ser trabalhados simultaneamente pelo estudioso. Neste caso, estes problemas desdobrados que compõem juntos a problemática da pesquisa podem cada qual corresponder a uma das hipóteses iniciais de trabalho, que deverão aparecer no capítulo do projeto referente às Hipóteses*.

Q

Quantitativa (História). Domínio da História onde se opera através da utilização sistemática de fontes e métodos quantitativos, tanto na descrição como na análise histórica.

R

Rebelião. Movimento social que se distingue da "revolução"* por alguns aspectos essenciais. Em geral a rebelião restringe-se a uma área geográfica circunscrita. Grosso modo, também não é marcada significativamente por motivações ideológicas, e dirige-se mais para a satisfação imediata de reivindicações de caráter político ou econômico, não se preocupando particularmente com transformações menos ou mais radicais na ordem constituída.

Recorte temático. Recorte que se impõe ao tema de uma pesquisa, tornando-o delimitado, preciso e viável para o início do estudo a ser desenvolvido. Em História, o "recorte temático" de uma pesquisa pressupõe necessariamente uma explicitação do período de tempo abarcado (recorte temporal) e do âmbito espacial em referência (recorte espacial).

Recorte temporal. Em uma pesquisa de História, corresponde ao período examinado pelo historiador, ou aos limites de tempo dentro dos quais se estabelece a validade do estudo desenvolvido. Habitualmente, a explicitação do recorte temporal deve aparecer de alguma forma já no título do trabalho.

Relações de produção. Correspondentes aos modos de propriedade econômica das forças produtivas e às relações sociais hierarquizadas que são geradas por estes modos de propriedade (ver *forças produti-*

Revolução. No sentido político, movimento social que se direciona para a derrubada das autoridades políticas existentes com vistas a efetuar radicais mudanças nas relações políticas e na esfera social. No sentido extrapolítico, processo (nem sempre brusco) que produz modificações radicais em uma sociedade, em uma estrutura, ou mesmo em um campo do conhecimento. As duas correntes de sentido aparecem em autores diversos, conforme exemplificações estabelecidas a seguir. 1 – Dentro do Materialismo Histórico aparecem os dois usos para esta expressão. Em *A Ideologia Alemã*, a revolução corresponde ao 'salto qualitativo de um modo de produção para o seguinte. Em obras como *A Luta de Classes na França*, bem como em artigos diversos, Marx e Engels empregam a expressão revolução no sentido político de "levante armado" ou movimento social, atribuindo-lhe uma conotação flexível se a compararmos, por exemplo, com os usos de Hannah Arendt para a palavra "revolução". 2 – Para Hannah Arendt, o que habilitaria a classificar um determinado movimento social como "revolução" seria a convergência dos seguintes fatores: (1) uma mudança política brusca e violenta, (2) a consecução ou o projeto de uma transformação social efetiva, (3) a presença da ideia de "liberdade política" para além da mera "libertação", e (4) a convicção de um "novo começo" por parte dos atores sociais. 3 – Gianfranco Pasquino, no *Dicionário de Política* coordenado por Norberto Bobbio, concorda de uma maneira geral com estes aspectos, mas introduz um detalhe a mais já na abertura do seu verbete ao sugerir que a revolução não é necessariamente um movimento que tenha sido bem-sucedido, bastando que seja uma *tentativa* de estabelecer mudanças sociais e políticas profundas (neste sentido, acrescenta a noção de "revolução frustrada"). 4 – Já alguns historiadores da *Escola dos Annales* ou de correntes daí derivadas empregaram a expressão "revolução" no sentido de uma perturbação, ou até mesmo de transformações muito lentas, que promovem a passagem de uma estrutura para outra (Krzystof POMIAN, *A História das Estruturas*). Esta ideia de revolução como passagem de uma estrutura para outra não deixa de se correlacionar com a ideia, também presente no marxismo, de que a revolução assinala a passagem de um modo de produção a outro. 5 – Por fim, a noção de revolução pode também se aplicar a um aspecto exclusivamente cultural, referindo-se a transformações radicais dos conceitos artísticos ou científicos dominantes numa determinada época (é neste sentido, por exemplo, que se fala em uma "revolução copernicana" na Ciência). // No que concerne ainda à noção de revo-

lução como movimento social, torna-se possível ainda desdobrar a noção mais ampla de revolução em "revolução política" (que produziria mudanças apenas nas instituições governamentais) e "revolução social", que produziria transformações na distribuição da riqueza e nos modelos de organização de uma sociedade.

S

Semântica. Uma das dimensões componentes da *semiótica**, conjuntamente com a sintaxe* e a *pragmática*. Tem como objeto estudar os conteúdos investidos nas relações sintáticas, nos diferentes níveis de descrição linguística ou semiótica (ver *semiótica**, *signo** e *sintaxe**).

Semiótica. Estudo da comunicação e de seus processos por meio de símbolos e de suas relações com a criação e transmissão de significados. Na Antiguidade e conforme a etimologia grega, a semiótica já significava "interpretação dos signos"; contudo, correspondia a um campo da medicina que estudava os sintomas de doenças (é com este sentido que aparece nas obras de Galeno). Locke foi o primeiro a atribuir-lhe o sentido de "teoria dos signos" na moderna acepção (ver signo*). A semiótica é um aspecto importante das teorias estruturalistas*, embora não se limite a elas. Para além de Peirce, que sistematizou a noção de signo, um marco para a semiótica (já com seu sentido estruturalista) está na obra de Saussure, que passou a distinguir a "parole" (língua em uso) da "langue" (que seria a estrutura abstrata e fundamental que está por trás da "parole"). Esta perspectiva estruturalista da semiótica foi continuada em múltiplas direções por autores diversos, como Greimas, Kristeva ou Roland Barthes (sobre este último, ver *texto**).

Signo. Os signos emergem das relações entre *significantes* – que podem ser palavras, gestos, sinais, imagens ou artefatos – e os *significados* (objetos, ideias ou intenções que motivam a produção dos significantes). Peirce, um dos primeiros a sistematizar uma teoria da comunicação, dividia os signos em três tipos: (1) o *ícone*, caracterizado pela sua semelhança com o objeto que busca representar (como por exemplo uma fotografia ou um quadro figurativo); (2) o *índice*, criado ou influenciado por aquilo que ele indica (como por exemplo um desenho de um cigarro cortado por uma linha transversal para sinalizar uma área onde é proibido o fumo); e (3) o *símbolo*, que é um signo arbitrário cujo significado é questão de convenção ou de acordo entre aque-

logotipo de uma empresa, ou a suástica como símbolo do nazismo). Com relação aos seus campos internos, a semiótica pode ser dividida em *semântica* (que examina as relações entre os signos e o que eles representam), a *pragmática* (que investiga a dependência que o significado tem do signo no que concerne à sua função ou ao seu contexto) e a *sintaxe* (que examina as relações entre os signos propriamente ditos dentro de uma abstração independente de aplicações na realidade concreta).

Silogismo. Inferência de uma proposição, ou "conclusão", a partir de duas "premissas", onde cada premissa tem um termo em comum com a conclusão e um termo em comum com a outra premissa. O termo que não ocorre na conclusão é habitualmente denominado "termo médio". Chama-se "premissa maior", habitualmente enunciada em primeiro lugar, aquela que contém o predicado da conclusão; e chama-se "premissa menor" aquela que contém o sujeito da conclusão. O sujeito da "premissa maior" também deve ser mais geral que o sujeito da "premissa menor", incluindo-o. Um exemplo clássico de premissa é o que se segue: "todos os homens são mortais; todos os gregos são homens; logo, todos os gregos são mortais" (neste caso, "homens" é o "termo médio", e a conclusão reúne o predicado da "premissa maior" e o sujeito da "premissa menor").

Sincrônico. No mesmo tempo, simultâneo. Ver *Diacrônico**.

Sintaxe. Uma das dimensões componentes da *semiótica**, conjuntamente com a *semântica** e a *pragmática*. Tem como objeto o estudo das relações e regras de combinação dos elementos linguísticos, tendo em vista a abordagem ou a constituição de unidades variáveis que são a frase, o discurso, o texto, ou a narrativa, conforme o nível de descrição semiótica escolhido (ver *semiótica** e *semântica**).

Sistemismo. Abordagem que aplica nas ciências humanas uma combinação das concepções funcionalistas com a Teoria dos Sistemas. Embora partindo de algumas proposições funcionalistas, o sistemismo dele se diferencia por considerar que todo sistema se caracteriza por uma certa dose de conflito, tanto interna como externamente, no confronto de um sistema com outros. Neste sentido, opõe-se à tendência funcionalista mais tradicional de apenas enfatizar a face consensual e harmoniosa das sociedades. Por outro lado, o sistemismo diferencia-se das abordagens dialéticas por não lidar com os conflitos não solucionáveis no âmbito sistêmico; isto é, aqueles conflitos que acarretariam na superação do sistema.

T

Tema. 1 – Objeto de estudo ou de discussão. 2 – Qualquer coisa que se presta a uma elaboração posterior, nos vários domínios do pensamento ou da comunicação humana. Na Música, "desenvolver" um tema ou "variá-lo" é explorar criativamente as suas potencialidades, apresentando-o sucessivamente de novas maneiras. Na comunicação escrita ou oral, desenvolver um tema é aprofundar os seus aspectos, examinar os seus desdobramentos, discutir as suas implicações. 3 – Em uma tese (ou no projeto de pesquisa) o tema corresponde ao universo que será investigado a partir de procedimentos característicos do conhecimento científico. Deve-se, contudo, distinguir o *tema* de uma pesquisa do *assunto* a que ela se refere. O *assunto* é já um recorte mais especificado dentro de um determinado campo de interesses ou de uma disciplina, mas não chega a constituir ainda um *tema* propriamente dito. Assim, o assunto "Conquista da América" já fornece uma especificação dentro do campo de estudos da História da América, mas ainda não é um tema. Já a "sujeição dos povos astecas pelos conquistadores liderados por Fernando Cortês" começa a adquirir maior precisão, vindo a se constituir em um *tema* dentro do assunto antes proposto. Para a elaboração de uma Tese, exigir-se-iam ainda novos recortes para além do tema, de modo a se chegar finalmente à formulação de um *problema** mais específico que pode incidir ou se ver inscrito dentro desta temática mais ampla.

Tendência. Inclinação, propensão, vocação. Também utilizada para "tendência filosófica" no sentido de inclinação para determinado conjunto de ideias, ou de "tendência histórica" no sentido de conjunto de forças ou acontecimentos que favorecem determinado processo (por exemplo, "tendência centralizadora").

Teoria. Corpo coerente de princípios, hipóteses e conceitos que passam a constituir uma determinada visão científica do mundo. Conforme Mario Bunge, uma teoria seria um "conjunto de proposições ligadas logicamente entre si e que possuem referentes em comum" (*Epistemologia*, p.41).

Teoria dos "Grandes Homens". Ideia de que o curso da história é modelado pela ação de indivíduos excepcionais. Esta teoria atingiu um de seus pontos altos com a obra do historiador escocês Thomas Carlyle, para quem "a história do mundo não é nada mais que a biografia dos grandes homens".

Texto. Simultaneamente um "objeto de significação" e um "objeto de comunicação cultural entre sujeitos". Estes dois aspectos na verdade se complementam: por um lado o texto pode ser definido pela organização ou estruturação que faz dele uma "totalidade de sentido", e por outro lado pode ser definido como objeto de comunicação que se estabelece entre um destinador e um destinatário. A tentativa de avaliar o texto na sua primeira dimensão, a de "objeto de significação", gera a análise interna ou estrutural do texto (que pode ser empreendida por aportes teóricos e metodológicos diferenciados, sendo a semiótica* uma destas possibilidades). A avaliação do texto como "objeto de comunicação" implica na análise do contexto histórico-social que o envolve e que, de alguma maneira, atribui-lhe sentido. Neste caso, empreende-se a análise externa do texto, que também pode ser concretizada através de diferenciados aportes teóricos e metodológicos. Ainda com relação à sua análise externa, o texto também pode ser examinado do ponto de vista das intenções ou das motivações pessoais do autor que o produziu, ou daqueles que dele se apropriam imputando-lhe novos sentidos. A perspectiva mais útil para a História é considerar o texto a partir da dualidade que o define enquanto "objeto de significação" e "objeto de comunicação". Por outro lado, autores como Roland Barthes consideram o texto como um sistema autossuficiente de signos cujo significado provém de suas inter-relações, e não de fatores externos como a "intenção do autor" ou o seu "contexto de produção". Assim, para a perspectiva estruturalista de Roland Barthes as palavras, símbolos e imagens em interação criam sistemas de significados que repetem a estrutura da linguagem e refletem as funções sociais da mitologia.

Trabalho. Atividade humana aplicada à produção de riqueza ou dos meios necessários à produção e reprodução da vida humana.

U

Urbana (Ecologia). Ver Escola de Chicago*.

V

Variável. Termo que tem sua origem na Matemática, onde serve para designar uma quantidade que pode assumir diversos valores, habitualmente considerados em relação a outros valores. Em experimen-

para compreender a relação entre dois fatores, chama-se "variável independente" àquela que, ao ser manipulada, espera-se que cause modificações na segunda, que é por isto chamada de "variável dependente". Pode ocorrer também a participação de um terceiro tipo de variável, chamado de variável "intermediária" ou "interveniente", da qual se espera produzir um efeito sobre a relação entre a variável independente e a variável dependente.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT, Hannah. *Da Revolução*, São Paulo: Ática/UNB, 1998.

ARENDT, Hannah. *O Que é Política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

BACHELARD, Gaston. "O Novo Espírito Científico". In *Os Pensadores*, XXXVIII, São Paulo: Abril Cultural, 1974.

BACHRACH, Arthur J. *Introdução à pesquisa psicológica*. São Paulo: EPU, 1975.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARTHES, Roland. *Miti d'oggi*. Milano: Lerici, 1962.

BASTIDE, Roger (coord.). *Usos e sentidos do termo "estrutura" nas ciências humanas*. São Paulo: Herder/EDUSP, 1971.

BEHE, Michael. *A Caixa Preta de Darwin*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BELCHIOR, Procópio G.O. *Planejamento e Elaboração de Projetos*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: A. Colin, 1952.

BONAZZI, Tiziano. "Mito Político". In BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000. p.754-762.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BRAUDEL, Fernando. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984. 2 vol.

BRAUDEL, Fernando. *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 3 vol.

BRAUDEL, Fernando. *L'identité de la France*. Paris: Arthaud/Flamarion, 1986. 3 vol.

BRAUDEL, Fernando. *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRUIT, Héctor. "O Trauma de uma Conquista Anunciada". In GEBRAN, Philomena e LEMOS, M.T. (org.). *América Latina: Cultura, Estado e Sociedade*. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.

BUNGE, Mario. *La investigación científica: su estrategia y su filosofía*. Barcelona: Ariel, 1976.

BUNGE, Mario. "Simplicidade no trabalho teórico". In *Teoria e Realidade*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BUNGE, Mario. *Epistemologia*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.

BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. São Paulo: Imago, 1993.

BURGESS, E.W.; PARK, E.; McKENZIE, R.D. *The City*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História – Novas perspectivas*, São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Narrativa, Sentido e História*. São Paulo: Papirus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "História da Agricultura e História Agrária: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa". In *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os Métodos da História*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Escravismo e Dinâmica da população escrava nas Américas". In *Estudos Econômicos*, XIII, n° 1, 1983. p.45-46.

CARDOSO, Ciro Flamarion. "Novas perspectivas acerca da escravidão no Brasil". In *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. p.16-71.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

CERVO, Amado Luís e BERVIAN, Pedro Alcino. *Metodologia científica para uso dos estudantes universitários*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1978.

CHAUNU, P. "Une histoire religieuse sérielle – A propos de diocèse de la Rochelle (1648-1724) et sur quelques exemples normands". In *Revue d'Histoire moderne et contemporaine*, Paris, tomo VII, jan-mar. 1965.

CHAUNU, Pierre e CHAUNU, Huguette. *Séville et l'Atlantique*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1955-1956.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: UNESP, 1998.

CROCE, Benedetto. *Teoria e storia della storiografia*. Bari: Laterza & Figli, 1943.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando – Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000 (6ª edição).

DARTON, Robert. "História Intelectual e Cultural" e "a História das Mentalidades – O caso do olho errante". In *O Beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p.175-197 e p.225-255.

DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. Brasília: UNB, 1992.

DELATTRE, P. "Teoria/Modelo". In ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi, 21 (Método – Teoria/Modelo)*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.

DOSSE. *A História em Migalhas*: Editora Ensaio, 1994.

DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do Imaginário*. Lisboa: Presença, 1989.

DURKHEIM, Émile. *O Suicídio*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: UNESP, 1997.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ENGELS, Friedrich. "Cartas a C. Schmidt e a F. Mehring". In FERNANDES, Florestan (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1984. p. 455- 468.

FEBVRE, Lucien. *Le problème de l'incroyance au XVIème siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1962.

FEBVRE, Lucien. *Martín Lutero: un destino*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956 [seleção de capítulos em Carlos Guilherme Mota (org.). *Lucien Febvre*. São Paulo: Ática, 1978. p.81-95].

FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. São Paulo: UNESP, 1992.

FERNANDES, Florestan (org.). *Marx e Engels*. São Paulo: Ática, 1984.

FERRARI, Alfonso Trujillo. *Metodologia Científica*. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FEYERABEND, Paul. *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do sé-*

FREUD, Sigmund. *Moisés e a Religião Monoteísta* [1939]. Lisboa: Guimarães, 1990.

FREUD, S. "Além do princípio do prazer" [1920]. In *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1974-1977.

FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FURET, François. *A Oficina da História*. Lisboa: Gradiva, 1991. v.,I.

FURET, François e OZOUF, Mona (orgs.). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

GEBARA, Ademir, MARTINS, H.N. e outros. *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1996.

GINZBURG, Carlo. "Prefácio à edição italiana" em *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GINZBURG, C. *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.

GINZBURG, C. "Provas e possibilidades à margem de 'il ritorno de Martin Guerre', de Natalie Zemon Davis". In *A Micro-História e outros ensaios*, Lisboa: DIFEL, 1991. p.179-202.

GODELIER, Maurice. *Horizons, trajets marxistes en anthropologie*. Paris: F. Maspero, 1973.

GOODE, William e HATT, Paul K. *Métodos em Pesquisa Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GORENDER, Jacob. *Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 2001.

GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial". In *Estudos Econômicos*, XIII, n° 1, 1983. p.7-39.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. 3 vol. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.

GRAWITZ, Madeleine. *Métodos y técnicas de las ciencias sociales*. Barcelona: Hispano Europea, 1975.

GRENDI, Edoardo. "Microanalisi e storia sociale". In *Quaderni storici*,

GRUZINSKI. "Acontecimento, bifurcação, acidente e acaso... observações sobre a história a partir das periferias do Ocidente". In MORIN, Edgar (org.). *A Religação dos Saberes*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.359-368.

GUSDORF. "A Interdisciplinaridade". In *Revista de Ciências Humanas*, v. I, n° 2, jul./set. Rio de Janeiro, 1977.

HARRIS, Ch. e ULLMAN, E.L. "The Nature of Cities". In *Annales of American Academy of Political and Social Science*, CCLII. New York: 1945.

HOBSBAWM, Eric. "O Presente como História". In *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. p.243-255.

HOYT, H.Y. *The Structure and Growth of Residential Neighbourhoods in American Cities*. Washington: U.S. Gov. Printing Office, 1939.

HILL, Christopher. *O Mundo de Ponta-Cabeça*. São Paulo: Cia. da Letras, 1991.

HILL, Christopher. *O Eleito de Deus*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

HUNT, E.H. "The new economic history: Professor Fogel's study of the American railways". In History, vol. LIII, n° 177, fevereiro de 1968.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KAPLAN, Abraham. *A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento*. São Paulo: Herder/Edusp, 1969.

KONOWLTON, James e CATES, Truett (orgs.). *Forever in the shadow of Hitler?* New Jersey: Atlantic Highlands, 1993.

KRANTZ, Frederick. *History from Below: Studies in Popular Protest and Popular Ideology*. Oxford: Ed. Frederick Krantz, 1988.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

LACCOUTURE, Jean. "A história imediata". In Jacques LE GOFF (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.215-240.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flamarion, 1967.

LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, A. (org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2000.

LALANDE, André. *Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LE GOFF, Jacques. *São Francisco de Assis*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *Novos problemas, novas abordagens e novos objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "O Periódico: variedade e transformação". *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: USP, 28: 137-151, 1977.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. *A Visão dos Vencidos – A tragédia da conquista narrada pelos astecas*. Porto Alegre: LPM, 1987.

LIPIETZ, Alain. *Le capital et son espace*. Paris: Maspero, 1977.

LÓPEZ, Fernão. *Crônica de el-Rei D. João.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social*. São Paulo: Cortês, 1995.

MARTINS, Ana Luíza. *Revistas em Revista*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MARTINS, Roberto Borges. "Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora". In *Estudos Econômicos*, XIII, n° 1, 1983. 181-209.

MARX, Karl. *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Mandacaru, 1990.

MARX, Karl. "Para a Crítica da Economia Política". In *Os Pensadores*, vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 107-263.

MARX, Karl. "O 18 Brumário de Luís Bonaparte". In *Os Pensadores*,

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1989.

MARTINS, H.N. "Espaço, Estado e Região: novos elementos teóricos". In *História Regional: uma discussão*. Campinas: UNICAMP, 1987.

MERTON, Robert K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.

NAGEL, Ernest. "Os Condicionais Contrafatuais". In *The Structure of Science, Problems in the Logic of Scientific Explanation*. New York: Harcourt Brace Janovich, 1961.

NIETZSCHE, Friedrich. "Sobre a verdade e a mentira no sentido extramoral". In *Os Pensadores*. XXXII. São. Paulo: Abril Cultural, 1974.

OSGOOD, C.E. "The representational model and relevant methods" em I. de Sola Pool (ed.). *Trends in content analysis*. Urbana: University of Illinois Press, 1959.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do Pensamento Social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

PASQUINO, Gianfranco. "Revolução". In Norberto BOBBIO et alii, *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2000.

PATLAGEAN, Evelyne. "A história do Imaginário" em LE GOFF, J. (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p.291-318.

PESEZ, Jean-Marie. "História da Cultura Material". In Jacques LE GOFF (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.177-213.

POMIAN, Krzystof. "A História das Estruturas". In LE GOFF, Jacques, CHARTIER, Roger e REVEL, Jacques (orgs.). *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990. p.183-208.

POPPER, Karl. A *Lógica da Pesquisa Científica*. São Paulo: Cultrix,

PUGLIESI, Marcio e BINI, Edson *et al*. *Pequeno Dicionário Filosófico*. São Paulo: Hemus, 1977.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

REIS, José Carlos. *Nouvelle Histoire e o tempo histórico – A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel*. São Paulo: Ática, 1994.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RIBEIRO, Monike Garcia. *A paisagem artística no Brasil como uma questão estratégica da memória – O olhar de dois pintores da missão artística francesa: Jean Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay*. Rio de Janeiro: UNI-RIO, 1999.

ROCHA, Clara. *Revistas Literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

ROMANO, Ruggiero (dir.). *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. 41 volumes.

SARTRE, Jean-Paul. *A Imaginação*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. *L'Imaginaire*. Paris: Gallimard, 1940.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, E.P. "Lucha de clases sin clases". In *Tradición, Revuelta y Consciência de Classe*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. p.13-61.

THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América – A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: Editora UNB, 1985

URUNG, M.C. *D'Analyse de contenu et acte de parole.* Delarge: Ed. Universitaires, 1974.

VERÓN, Eliseu. *A Produção do Sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980.

VILAR, Pierre. *Iniciação ao vocabulário da análise histórica*. Lisboa: Sá da Costa, 1985.

ZIZEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

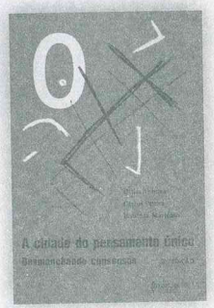
Leia Também

BRASIL, CIDADES
Alternativas para a crise urbana
Ermínia Maricato

É possível comprometer a gestão urbana com a prioridade aos territorialmente excluídos? Como implementar a participação social no planejamento da cidade? Este livro lança luzes sobres estas e outras questões, relacionando o pensamento crítico a novas práticas urbanísticas circunscritas na esfera do planejamento, gestão e controle urbanístico.

A CIDADE DO PENSAMENTO ÚNICO
Desmanchando consensos
Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato

Com o título, os autores sugerem que o regime da economia real e simbólica da cidade é parte constitutiva deste novo senso comum, ao qual certamente não se pode chamar pensamento, e já não é mais ideologia, na acepção clássica do termo, que remonta à Era Liberal-Burguesa do velho capitalismo.



O CAMPO DA HISTÓRIA
Especialidades e abordagens
José D'Assunção Barros

Traz um panorama dos campos historiográficos em que se organiza a História hoje, esclarece em linguagem objetiva modalidades como Micro-História, História Cultural, História Política, História Econômica, História Demográfica, História das Mentalidades, História Quantitativa e outras.

O PROJETO DE PESQUISA EM HISTÓRIA
Da escolha do tema ao quadro teórico
José D'Assunção Barros

Instrumento essencial para que o historiador tenha em sua mente os caminhos que serão percorridos. Orienta não só na elaboração de um